

Cidadania e Educação Fiscal no currículo escolar: conexão à BNCC, modelos curriculares possíveis (componente, projeto integrador, itinerário formativo, abordagem intra e transdisciplinar), e modelo de resolução

Cidadania Fiscal no Currículo Escolar

2^a edição. 2025

 Receita Federal



CIDADANIA FISCAL
RECEITA FEDERAL
DO BRASIL



2^a edição, outubro 2025
RECEITA FEDERAL
BRASÍLIA, DF

Elaboração da 1^a e 2^a edição: Subsecretaria-Geral de Arrecadação, Cadastros e Atendimento (SUARA), pela Coordenação-Geral de Atendimento (COGEA), Programa de Cidadania Fiscal, pelas analistas-tributárias Ana Paula Sacchi Kuhar e Marirone Carvalho Ferreira de Lima.

CIDADANIA E EDUCAÇÃO FISCAL NO CURRÍCULO ESCOLAR. CONEXÃO À BNCC, MODELOS CURRICULARES POSSÍVEIS, MODELO DE RESOLUÇÃO

Sumário

1	Introdução.....	2
2	A Educação e a Cidadania.....	4
3	Base Nacional Comum Curricular – BNCC.....	7
4	Cidadania Fiscal na BNCC.....	8
5	Programa de Cidadania Fiscal da RFB.....	10
6	Metodologias à inclusão curricular	13
7	Educação Infantil.....	14
8	Ensino Fundamental.....	16
9	Ensino Médio.....	37
10	Proposta e recursos didáticos de Cidadania Fiscal RFB...	48
11	Como fazer na prática? Modelos curriculares.....	50
12	Como formalizar? Minuta normativa.....	80

1. Introdução

A presente proposta tem por objetivo apresentar possibilidades de inserção da Cidadania Fiscal no currículo escolar do Ensino Fundamental e do Ensino Médio por meio de alinhamento dos programas de Cidadania Fiscal da Receita Federal do Brasil (RFB) às habilidades contidas no texto da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BNCC), à extensão universitária em consonância com a Resolução CNE/CES nº 07/2018 e, ao mesmo tempo e de forma eventual, na Educação Infantil em eventos relacionados à destinação de mercadorias apreendidas a escolas, dentre outras ações específicas da Cidadania Fiscal da RFB.

A Cidadania Fiscal na RFB, compreende todas as iniciativas que favoreçam e ampliem a conscientização dos contribuintes a respeito da função socioeconômica dos tributos e do papel da Receita Federal como agente fundamental ao provimento de recursos que viabilizam o Estado brasileiro e a manutenção de políticas públicas que materializam direitos sociais do cidadão brasileiro.

São direitos sociais segundo o art. 6º da Constituição Federal:

- Educação
- Saúde
- Alimentação
- Trabalho
- Moradia
- Transporte
- Lazer
- Segurança
- Previdência Social
- Proteção à maternidade
- Proteção à infância
- Assistência aos desamparados.

A Constituição Federal ainda assegura no parágrafo único do Art.6º que todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

Para que os direitos sociais sejam assegurados são necessárias políticas públicas, ou seja, ações realizadas pelo Estado que visam assegurar os direitos dos cidadãos, como previstos na Constituição Federal. Assim como a missão institucionalmente definida pela Receita Federal, as políticas públicas buscam proporcionar o bem-estar social, causando impactos positivos na sociedade.

Para que as políticas públicas se tornem possíveis é necessário que elas sejam financiadas. É a tributação que possibilita a arrecadação de recursos para que as políticas públicas possam ser aplicadas. Exemplos de políticas públicas recentes, são os programas:

- **Auxílio Brasil.** Transferência de renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.
- **Auxílio Emergencial.** Transferência de renda, durante a pandemia Covid19;

- **Bolsa Família.** Programa de transferência de renda básica para famílias em situação de pobreza, integrando políticas públicas de acesso a direitos básicos como saúde, educação, assistência social, esporte, ciência e trabalho;
- **Benefício de Prestação Continuada (BPC).** É um benefício de assistência social correspondente a um salário-mínimo, pago por mês às pessoas idosas que não tenha contribuído para a previdência social e/ou para pessoa com deficiência que não podem garantir a sua sobrevivência, por conta própria ou com o apoio da família;
- **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).** É um programa que tem como objetivo acelerar as ações de prevenção e de erradicação do trabalho infantil;
- **Garantia-Safra.** É uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que tem como objetivo garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de Municípios sistematicamente sujeitos a perda severa de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico;
- **Seguro Defeso (ou Pescador Artesanal).** É um benefício de um salário-mínimo pago a pessoas que dependem exclusivamente da pesca de pequeno porte, subsidiando a renda familiar durante o período em que a atividade é proibida, visando garantir o crescimento e reprodução das espécies.

Além de trazer os recursos financiadores das políticas públicas e investimentos públicos de todos os tipos, as atividades relativas à Cidadania Fiscal da RFB buscam promover a compreensão da sociedade quanto aos direitos e deveres relacionados à tributação e à importância da participação ativa do cidadão na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

2. A Educação e a Cidadania

Como estabelecer uma relação entre a Educação e a Cidadania?

- 2.1 Constituição da República Federativa do Brasil
- 2.2 Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96
- 2.3 Resolução CNE/CEB nº 07/2010 e Parecer CNE/CEB nº 11/2010
- 2.4 Resolução CNE/CEB nº 2/2024
- 2.5 Resolução CNE/CES nº 07/2018
- 2.6 Regimento Interno da RFB – Portaria ME nº 284/2020
- 2.7 Portaria RFB nº 214/2022
- 2.8 O Acordo de Cooperação Técnica nº 21/2024 entre MEC e Receita Federal do Brasil
- 2.9 A Portaria MEC nº 502, 7/7/2025
- 2.10 A Portaria MEC nº 642, de 16/9/2025

2.1 Constituição da República Federativa do Brasil

A Constituição Federal do Brasil com relação à educação e à cidadania dispõe em seu art. 205 que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

2.2 Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB nº 9394/96

A LDB em seu art. 2º dispõe: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Importante ainda os artigos art.9º, 22, 26, 35, 35-B, 36, 43 e conexos.

2.3 Resolução CNE/CEB nº 7/ 2010, art. 16 e, Parecer CNE/CEB nº 11/2010

Art. 16 Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo.

2.4 Resolução CNE/CEB nº 2/2024

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM. Art. 11. Na estruturação de suas propostas curriculares, os sistemas de ensino deverão assegurar os direitos de aprendizagem por meio da progressão adequada das competências e habilidades das diferentes áreas do conhecimento e garantir que sejam observadas: (...) IV - a presença e mobilização dos temas contemporâneos transversais estabelecidos na BNCC: (...) b) Economia, considerando as dimensões relativas à educação para o mundo do trabalho, à cultura empreendedora, à educação financeira e à educação fiscal;

2.5 Resolução CNE/CES nº 07/2018

A Extensão na Educação Superior Brasileira se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação com o ensino e a pesquisa.

Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

A Receita Federal desenvolve iniciativas que favorecem a conscientização a respeito da função socioeconômica dos tributos. Nesse sentido, a promoção da curricularização dessas abordagens em cursos de extensão pelas instituições de ensino superior é uma oportunidade para compartilhar temas e atividades de Cidadania Fiscal. O curso de extensão em Cidadania Fiscal amplia o conhecimento dos estudantes, agregando atividades práticas que enriquecem a preparação profissional e desenvolvem o senso de cidadania, revelando-se um diferencial na sua formação.

2.6 Regimento Interno da Receita Federal do Brasil – RFB- Portaria ME 284/2020

O Regimento Interno da RFB dispõe em seu rol de competências a atribuição do desenvolvimento de moral tributária, especialmente com ações de cidadania fiscal.

Art. 1º A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Economia, tem por finalidade: (...) XII - promover atividades de cooperação e integração entre as administrações tributárias do País, entre o fisco e o contribuinte, e de educação fiscal, além de preparar e divulgar informações tributárias e aduaneiras.

2.7 Portaria RFB nº 214/ 2022

A Portaria RFB nº 214, de 02 de setembro de 2022, que disciplina as atividades de Cidadania Fiscal desenvolvidas no âmbito da RFB dispõe em seu art. 2º que:

Art. 2º Considera-se Cidadania Fiscal o fundamento transversal que deve balizar, de forma direta e indireta, todos os processos de trabalho da RFB, que compreende todas as iniciativas que favoreçam e ampliem a conscientização dos contribuintes a respeito da função socioeconômica dos tributos e do papel do órgão como agente fundamental ao provimento de recursos que viabilizam o Estado brasileiro.

Parágrafo único. As atividades relativas à Cidadania Fiscal buscam promover a compreensão da sociedade quanto aos direitos e deveres relacionados à tributação e à importância da participação ativa do cidadão na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Art. 5º São objetivos da Cidadania Fiscal: (...) VI - ampliar as possibilidades de realização de atividades relativas à cidadania fiscal por meio da realização de parcerias formais

2.8 Acordo de Cooperação Técnica nº 21/2024, entre MEC e RFB

Trata-se de um acordo formal, entre o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), visando ao desenvolvimento do Projeto Rede Federal Cidadão, intercâmbio técnico voltado à sustentabilidade ambiental e, ações conjuntas em prol da Cidadania e Educação Fiscal.

“O objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica é a execução do Projeto Rede Federal Cidadão: intercâmbio técnico voltado à Sustentabilidade Ambiental e Cidadania Fiscal, que objetiva o apoio de políticas públicas de educação no Brasil e como fomento à Cidadania Fiscal, estimular iniciativas que favoreçam, conforme as competências e limitações legais dos partícipes signatários, o intercâmbio técnico, o ensino, a pesquisa, a extensão universitária e a capacitação de pessoas, bem como (...) b) estímulo à realização de ações educacionais, de gestão ambiental, ecoeficiência e responsabilidade social, com enfoque no reaproveitamento, readequação, transformação, reciclagem, reutilização, descaracterização, na destinação socioambiental sustentável de bens e produtos apreendidos pela RFB, em benefício da sociedade e do fortalecimento do serviço público, observada a legislação específica que regulamenta a destinação de mercadorias no âmbito da RFB; (...) d) recomendação às instituições de ensino superior, e apoio à RFB nas iniciativas de inserção de cursos de extensão em temas alusivos à Cidadania Fiscal da RFB, em especial: destinação de tributos para fins sociais, educação fiscal para o exercício da cidadania e apoio fiscal às organizações da sociedade civil; e) inserção da temática Cidadania Fiscal no currículo escolar do Ensino Fundamental e do Ensino Médio por meio de alinhamento dos programas de Cidadania Fiscal da RFB às habilidades contidas no texto da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BNCC), e à extensão universitária em consonância com a Resolução CNE/CES nº 7, de 2018; e f) realização de palestras, projetos, e ações educativas junto aos alunos da Educação Infantil com temáticas relacionadas ao programa de Cidadania Fiscal da RFB.

2.10 Portaria MEC nº 502, 7/7/2025

Diz respeito à criação do Programa “Na Ponta do Lápis” que tem por objetivo levar educação fiscal, financeira, previdenciária e securitária ao ensino básico, por meio da adesão dos estados e municípios e apoio do Ministério da Educação e entidades participantes. Destacamos dessa portaria (grisos nossos):

*Art. 2º São **princípios** do Programa Na Ponta do Lápis: (...) V – a centralidade dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, expressos na BNCC para a abordagem da educação financeira, **fiscal**, previdenciária e securitária; VI – o reconhecimento da inscrição transversal e interdisciplinar da educação financeira, **fiscal**, previdenciária e securitária no ensino fundamental e no ensino médio; (...) XII – o reconhecimento da educação financeira, **fiscal**, previdenciária e securitária como estratégia para assegurar a construção da autonomia e da cidadania crítica, na perspectiva do fortalecimento da democracia e da inclusão social e econômica; e XIII – a valorização dos profissionais da educação e o reconhecimento de sua atuação na estruturação das práticas pedagógicas e dos processos de ensino-aprendizagem comprometidos com a educação financeira, **fiscal**, previdenciária e securitária.*

*Art. 4º São **objetivos** do Programa Na Ponta do Lápis: I – coordenar e articular a oferta das diferentes iniciativas desenvolvidas pelo Governo Federal na área da educação financeira, **fiscal**, previdenciária e securitária na educação básica; II – assegurar a implementação de estratégias permanentes de educação financeira, **fiscal**, previdenciária e securitária na educação básica nas escolas, redes e nos sistemas de ensino;*

*Art. 6º A **adesão** ao Programa implica a responsabilidade de: (...) III – elaborar plano de trabalho com foco na elaboração, na implantação, no fortalecimento e na consolidação de ações dedicadas à educação financeira, **fiscal**, previdenciária e securitária; e IV – mobilizar e engajar os profissionais de sua rede de ensino para a participação nas ações de formação e de compartilhamento, sistematização e disseminação de boas práticas na área da educação financeira, **fiscal**, previdenciária e securitária.*

Merecem atenção ainda os arti 16 (estratégias do eixo Orientação Curricular em consonância com a BNCC), o art 17 (possibilidade de as escolas desenvolverem ações pedagógicas com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola, incluindo as estratégias definidas nos Programas Escola e Comunidade, Escola das Adolescentes e Ensino Médio Mais), o art. 18 (estratégias para a formação continuada de professores) e o art. 19 (disseminação de boas práticas por meio das Olimpíadas de Educação Financeira, Fiscal, Previdenciária e Securitária).

2.11 Portaria MEC nº 642, de 16/9/2025

Essa portaria instituiu o Programa “Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade”, a se efetivar por meio da adesão dos estados e o Distrito Federal, com apoio do Ministério da Educação e parceiros institucionais. Destacamos dessa portaria (grisos nossos):

*Art. 1º Fica instituído o Programa Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade, no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de promover ações destinadas ao **fortalecimento e consolidação de esforços e iniciativas de educação para a cidadania e para a sustentabilidade** em contexto escolar, ao longo de toda a educação básica, na perspectiva de assegurar a implementação dos temas transversais contemporâneos, expressos na Base Nacional Comum Curricular - BNCC.*

*Art. 2º A educação para a cidadania e para a sustentabilidade refere-se ao conjunto planejado e intencional de práticas pedagógicas de caráter **interdisciplinar e transversal no currículo** e de ações de gestão escolar e educacional que contribuem para o desenvolvimento integral dos educandos, assegurando aprendizagens que lhes permitam **ampliar e aprofundar sua capacidade de**: I - reconhecer, compreender e valorizar a constituição histórica e os fundamentos do Estado Democrático de Direito e o conjunto de **direitos e deveres individuais e coletivos que estruturam a cidadania para exercer a participação social e política de maneira ética e responsável** em todas as dimensões da vida comum; (...)*

Nessa portaria merecem menção especial o art. 3º (objetivos do programa), o art. 12 (possibilidade de as escolas desenvolverem ações pedagógicas com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola, incluindo as estratégias definidas nos Programas Escola e Comunidade, Escola das Adolescentes e Ensino Médio Mais), o art. 13 (estratégias para a formação continuada de professores, inclusive por meio de parcerias com órgãos da Administração Pública, escolas de governo, instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil).

3 Base Nacional Comum Curricular – BNCC

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza”, mostrando-se alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

Na escola é possível introduzir o exercício da Cidadania, aproveitando-se a BNCC no compromisso pedagógico do aprender a fazer e ser e no foco no desenvolvimento de competências. Essa proposta demonstra que é possível alinhar conceitos de Cidadania Fiscal às 10 competências listadas na BNCC e, o presente trabalho, apresentará formas de inserção da Cidadania Fiscal na educação básica.

Competências Gerais da Educação Básica, conforme BNCC

1. *Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;*
2. *Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas;*
3. *Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais e, também, participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural;*
4. *Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo;*
5. *Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva;*
6. *Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade;*
7. *Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta;*
8. *Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas;*
9. *Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceito de qualquer natureza; e,*
10. *Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.*

4 Cidadania Fiscal na BNCC

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

A BNCC define a Educação Financeira como um tema transversal no currículo da Educação Básica. Ele é apresentado na área de Matemática, na área de Economia juntamente com o trabalho e educação financeira. Sendo então hoje obrigatória no currículo.

Ensino Fundamental

Item 4.2.1, página 269. "...Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de *marketing*. Essas questões, além de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, podem se constituir em excelentes contextos para as aplicações dos conceitos da Matemática Financeira e, também, proporcionar contextos para ampliar e aprofundar esses conceitos..."

Ensino Médio

5.4, página 568. Atualmente, as transformações na sociedade são grandes, especialmente em razão do uso de novas tecnologias. Observamos transformações nas formas de participação dos trabalhadores nos diversos setores da produção, a diversificação das relações de trabalho, a oscilação nas taxas de ocupação, emprego e desemprego, o uso do trabalho intermitente, a desconcentração dos locais de trabalho, e o aumento global da riqueza, suas diferentes formas de concentração e distribuição, e seus efeitos sobre as desigualdades sociais. Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual. Diante desse cenário, impõem-se novos desafios às Ciências Humanas, incluindo a compreensão dos impactos das inovações tecnológicas nas relações de produção, trabalho e consumo.

Nesse espaço é possível encaixar a cidadania e educação fiscal dentro da educação financeira, na unidade temática "números" em Matemática, com a possibilidade de explorar o cálculo do pagamento dos tributos, porém com destaque, além do aspecto da matemática, para a importância socioeconômica do tributo e do papel da RFB, como agente fundamental ao provimento de recursos que viabilizam o Estado brasileiro, levando ainda aos estudantes à compreensão quanto aos direitos e deveres relacionados à tributação e a importância ativa do cidadão na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Além da área de Educação Financeira é ainda possível a inserção da Cidadania Fiscal por meio das habilidades de formação cidadã dos estudantes.

A BNCC, em sua página 19, destaca temas onde podem ser associados os programas de Cidadania Fiscal da Receita Federal, a saber:

Temas da BNCC, página 19	Programas de Cidadania Fiscal da Receita Federal
direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/1990)	Apoio à criação, regularização e destinação do imposto de renda a fundos públicos de direito da criança e do adolescente
educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012)	Programas de transformação de mercadorias apreendidas passíveis de destruição, em itens úteis à sociedade
processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003)	Apoio à criação, regularização e destinação do imposto de renda a fundos públicos de direito à pessoa idosa
educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004)	Parcerias para levar serviços e orientações fiscais a populações indígenas, quilombolas, em situação de rua, mulheres em vulnerabilidade e risco social, refugiados dentre outros.
bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010)	Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), parcerias da Receita Federal com instituições de ensino.

5 Programa de Cidadania Fiscal da RFB

O programa de Cidadania Fiscal da RFB é composto de diversas iniciativas:

- 5.1 Programa de Conscientização Tributária**
- 5.2 Programa Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal – NAF**
- 5.3 Programa Eu Sou Cidadão Solidário – Destinação do Imposto de Renda**
- 5.4 Programa Receita Cidadã – Uma receita de transformação social**
- 5.5 Programa Conheça Nossa Aduana**
- 5.6 Participação no Programa do Ministério da Fazenda “Mulher Cidadã – Cidadania Fiscal para mulheres”**
- 5.7 Projeto Cidadania Fiscal RFB na extensão universitária e no Currículo Escolar**

10

5.1 Programa de Conscientização Tributária

A Cidadania Fiscal está presente em todas as ações da Receita Federal, atua como um importante instrumento de aproximação entre o Estado e a sociedade e promove:

- a compreensão quanto aos direitos e deveres relacionados à tributação;
- a participação ativa do cidadão na construção de uma sociedade mais justa e solidária;
- a conscientização dos contribuintes a respeito da função socioeconômica dos tributos;
- a divulgação do papel da Receita como agente fundamental ao provimento de recursos que viabilizam o Estado brasileiro.

A RFB dissemina a conscientização tributária por meio do Programa Cidadania Fiscal realizando palestras, entrevistas, publicações na imprensa, dinâmicas e publicações com conteúdo de conscientização tributária para estudantes da educação infantil, do ensino médio e fundamental.

5.2 Programa Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal – NAF

O Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) é um programa de Cidadania Fiscal da Receita Federal do Brasil (RFB) em cooperação com instituições de ensino, que leva assistência fiscal e gratuita, presencial ou remota, a pessoas físicas de menor renda, microempreendedores individuais (MEI), organizações da sociedade civil (OSC) e pequenos proprietários rurais, atuando ainda com projetos voltados à educação fiscal e, em especial, a aplicação de dinâmicas de conscientização tributária.

Presente em todo o Brasil e com iniciativas apoiadas no exterior, esse programa permite que estudantes de contabilidade e de comércio exterior, tenham a oportunidade de colocar em prática aprendizados adquiridos em sala de aula e em capacitações promovidas pela Receita Federal e parceiros.

Na cooperação, as instituições de ensino disponibilizam professor supervisor e, para as assistências presenciais ao seu público-alvo, uma estrutura física que engloba espaço físico, móveis e equipamentos. Essa estrutura física não precisa ser exclusiva, podendo ser compartilhada com outras atividades de apoio à sociedade e que sejam desenvolvidas na sede da instituição de ensino ou fora dela. É possível ainda o atendimento à população de forma virtual, utilizando-se de aplicativos de mensagens e redes sociais.

5.3 Programa Eu Sou Cidadão Solidário – Destinação do Imposto de Renda

A **destinação do imposto de renda** é uma forma legal e segura de ajudar e incentivar projetos sociais e culturais,

em que a pessoa física ou jurídica pode destinar parte do seu imposto de renda devido a Fundos Públicos criados por lei e com o objetivo de estimular, a proteção às crianças, adolescentes e idosos, bem como a atividades culturais, audiovisuais, desportivas, de reciclagem e saúde (oncologia e PCD). É a participação cidadã em benefício de toda a sociedade, **sem custo**, ou seja, a pessoa física ou jurídica não gasta mais por isso, apenas deixa de pagar parte do tributo à União e o destina a um ou mais fundos públicos.

5.4 Programa Receita Cidadã – Uma receita de transformação social

A Receita Federal utiliza o processo de destinação de mercadoria para contribuir com a gestão ambiental, ecoeficiência e responsabilidade social com ações benéficas para toda a sociedade.

Nesse processo, parte da nossa função é modificar as características de determinados itens apreendidos que, proibidos ou passíveis de destruição por serem perigosos à saúde pública ou corresponderam à falsificação e com isso prejudicando a indústria, são transformados em produtos de grande valor para a sociedade e, em seguida, doados à população. Com isso, itens como bebidas alcoólicas, tabaco, vestuário e eletrônicos são reaproveitados de forma sustentável, minimizando o impacto negativo no meio ambiente, sendo posteriormente doados a projetos sociais.

Há ainda iniciativas que tratam da destinação de mercadorias apreendidas e, sem necessidade de modificação, passíveis de doação às Organizações da Sociedade Civil (OSC). Nesses casos, as OSC poderão repassar as mercadorias somente a pessoas físicas, vendidas em feiras, bazares e similares, ou de forma gratuita.

Nesses casos de doações de mercadorias às OSC, tanto o repasse gratuito, quanto a aplicação dos recursos auferidos nas vendas devem estar vinculados a programas relacionados às atividades-fim da organização. Além disso a entidade deverá apresentar um projeto que vise sua sustentabilidade econômica em longo prazo, mediante geração de receita ou redução de custos, ou o investimento em ações de elevado valor social que beneficiem diretamente a população amparada pela OSC, conforme critérios constantes em edital.

5.5 Programa Conheça Nossa Aduana

A Receita Federal é o órgão público responsável pelo controle da entrada e saída do país de veículos, mercadorias e bens. O programa “Conheça Nossa Aduana” é uma ação de interação com a sociedade em que, periodicamente, a Receita Federal abre suas portas – na área aduaneira de portos e aeroportos – para receber visitantes. Essas visitas são guiadas, gratuitas e agendadas.

É possível ver de perto a tecnologia utilizada e como nossas equipes acompanham as importações e exportações, combatendo irregularidades e impedindo a entrada de produtos perigosos em nosso país, além de entender como a Receita Federal promove a facilitação do comércio internacional e atua na proteção da sociedade e da economia, combatendo a pirataria, o tráfico de drogas e o contrabando.

Além disso, a Receita oferece visitas guiadas à espaços relacionados aos tributos internos, a exemplo de visitas a delegacias, inspetorias e agências.

5.6 Participação no Programa do Ministério da Fazenda “Mulher Cidadã – Cidadania Fiscal para mulheres”

Esse é um programa de iniciativa do Ministério da Fazenda (MF) com base em conhecimentos e experiências de centenas de boas práticas realizadas pelos Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), que é um programa da Receita Federal do Brasil em parceria com instituições de ensino, havendo mais de 450 NAF em todo o Brasil. Nesse sentido, o MF elegeu ações realizadas pelos NAF, para maior estudo e as tomou como base para a edição da Portaria MF nº 26/2023 e, após esta, para os planejamentos iniciais do programa “Mulher Cidadã – Cidadania fiscal para mulheres”.

Esse programa busca oferecer a mulheres ações que ampliem e promovam o empreendedorismo feminino e colaborem na eliminação de circunstâncias que levam mulheres a situações de risco e de vulnerabilidade



sociais, fortalecendo a compreensão de aspectos ligados à cidadania, à educação financeira, à autonomia econômica, à segurança social, dentre outros.

5.7 Projeto Cidadania Fiscal RFB na extensão universitária e no currículo escolar

5.7.1 – Extensão Universitária

A Receita Federal desenvolve iniciativas que favorecem a conscientização a respeito da função socioeconômica dos tributos. Nesse sentido, a promoção da curricularização de temas de cursos de extensão (Resolução CNE/CEB nº 07/2018) pelas instituições de ensino superior é uma oportunidade para compartilhamento de atividades de Cidadania Fiscal.

Cursos de extensão em Cidadania Fiscal ampliam o conhecimento dos estudantes a respeito de direitos e deveres relacionados à tributação, agregando atividades práticas que enriquecem a preparação profissional e desenvolvem o senso de cidadania, revelando-se um diferencial na formação dos estudantes.

5.7.2 – Currículo Escolar



A proposta de atividades educacionais consiste na atuação de professores do ensino médio e do ensino fundamental e de estudantes universitários como disseminadores dos fundamentos da Cidadania Fiscal a estudantes dos ensinos médio e fundamental, promovendo ou participando de ações interativas a exemplo de palestras, exposições, seminários, cursos, dinâmicas de jogos, dentre outras modalidades de eventos.

Essas atividades, realizadas sob um planejamento pedagógico, buscam ampliar a discussão sobre a importância socioeconômica dos tributos, propiciando ao estudante o seu próprio reconhecimento enquanto contribuinte e oportunizando o aprendizado de noções sobre a tributação àqueles que futuramente serão atores sociais a interferir, por meio de suas profissões e de suas escolhas de vida, nos rumos do país.

6 Metodologias à inclusão curricular

6.1 Intradisciplinaridade

A intradisciplinaridade ocorre no trabalho docente por meio do cruzamento de uma habilidade da BNCC com um determinado conteúdo de Cidadania Fiscal em uma determinada disciplina. Na intradisciplinaridade o presente trabalho apresentará propostas de inserção do tema Cidadania Fiscal no currículo do ensino fundamental e do ensino médio para o tema ser tratado por professores e alinhados às habilidades da BNCC.

(EF89LP17) Relacionar textos e documentos legais e normativos de importância universal, nacional ou local que envolvam direitos, em especial, de crianças, adolescentes e jovens – tais como a Declaração dos Direitos Humanos, a Constituição Brasileira, o ECA -, e a regulamentação da organização escolar – por exemplo, regimento escolar -, a seus contextos de produção, reconhecendo e analisando possíveis motivações, finalidades e sua vinculação com experiências humanas e fatos históricos e sociais, como forma de ampliar a compreensão dos direitos e deveres, de fomentar os princípios democráticos e uma atuação pautada pela ética da responsabilidade (o outro tem direito a uma vida digna tanto quanto eu tenho).

Inserir na disciplina Língua Portuguesa, no “campo de atuação de vida pública”, nos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, conteúdo de Conscientização Tributária que permita relacionar textos e documentos legais normativos. (BNCC, página 184)

6.2 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade consiste em um processo de conexão entre os componentes curriculares e entre as áreas de conhecimento. Um conceito aberto às aprendizagens significativas à inclusão do debate com abordagem aos temas de Cidadania Fiscal, funcionando esta como elemento de coesão entre o conhecimento acadêmico e as experiências de vida dos educandos. Na interdisciplinaridade a RFB apresentará uma proposta para que o tema Cidadania Fiscal seja abordado por professores do ensino médio, por meio dos itinerários.

Projetos que integram. Projetos que fazem coesão com componentes curriculares das mesmas áreas: um mesmo assunto onde são trabalhados, por exemplo, áreas de ciências humanas, ciências matemáticas, ciências da natureza.

Exemplo: Pandemia, por causa da COVID, podem ser abordado temas que se relacionem com:

- **Ciências da natureza:** financiamento das vacinas e do serviço público de saúde pelos tributos e transformação de mercadorias apreendidas pela Receita Federal de bebidas em álcool em gel, roupas transformadas em máscaras para proteção;
- **Ciências Humanas:** disponibilidade de recursos para financiar a transferência de renda para a população com o auxílio emergencial durante a pandemia;
- **Ciências Matemáticas:** cálculo dos recursos necessários para o financiamento das políticas públicas que foram aplicadas durante a pandemia.

6.3 Transdisciplinaridade:

A transdisciplinaridade indica, de acordo com esse conceito (BNCC, página 479), como são trabalhados conteúdos que não se encaixam totalmente em nenhuma disciplina, tendo conexão com várias áreas do saber. Por exemplo: A Formação de um Estado é um tema que envolve diversas disciplinas, pelo fato de serem estudadas características da sociedade na História, na Geografia, na Biologia, nas Artes, é impossível enquadrar esse tema como pertencente a uma única disciplina.

Assim, o trabalho de um conteúdo de natureza transdisciplinar pode ser estruturado como Projeto, Unidade Curricular Eletiva e Itinerário Formativo integrado, no ensino fundamental e no ensino médio. Pode ainda ser trabalhado por professores e estudantes universitários na extensão universitária regulamentada pela Resolução CNE/CES nº 7/18.

7 Educação Infantil



Conforme imagem acima (BNCC, página 25), é possível introduzir conteúdos de Cidadania Fiscal na educação infantil, em eventos pontuais como a entrega de mercadorias apreendidas destinadas para escolas públicas como, por exemplo, entrega de minicomputadores transformados de TV BOX.

Nos eixos estruturantes da educação infantil, onde são trabalhadas as interações e a brincadeira, com crianças pequenas de 4 anos a 5 anos e 11 meses, a cidadania fiscal pode ser inserida das seguintes formas:

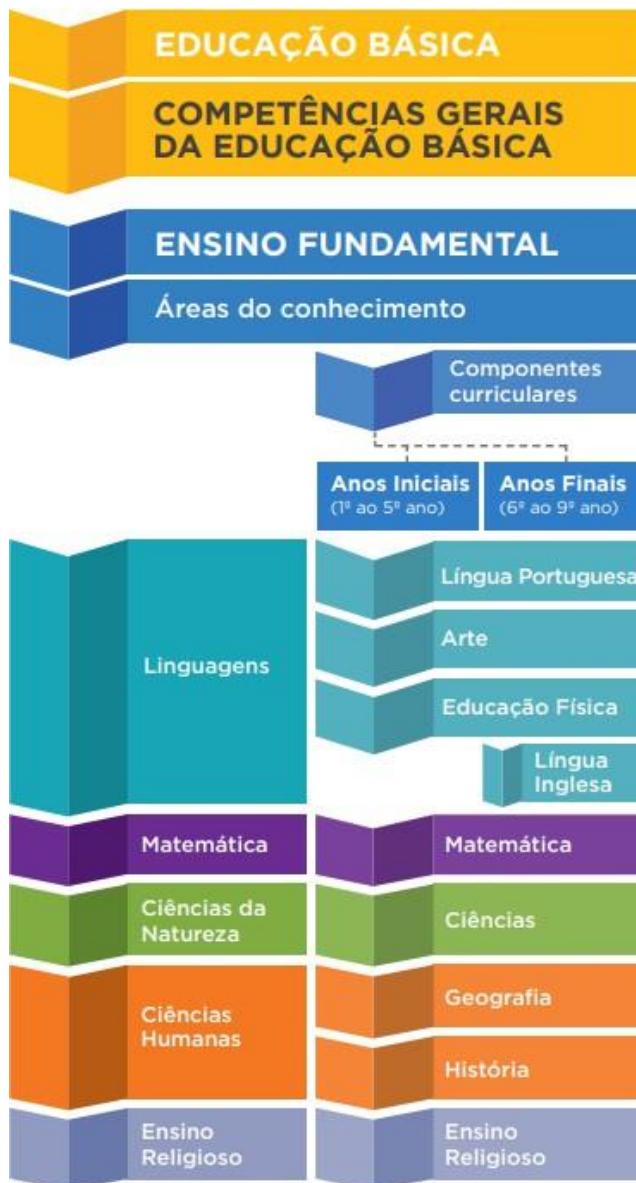
(E103EF06)
Producir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS “ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO”.
Página 50 da BNCC. Proporcionar conteúdos de Cidadania Fiscal em que sejam possíveis que as crianças possam produzir conteúdo adequado a uma função social significativa.

(E103ET06)
Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares e da sua comunidade.

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS “ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES”. Página 51 da BNCC. Proporcionar situações em que seja possível às crianças o entendimento de que há muitas situações de sua história de vida pessoal e comunitária, que foram e/ou são financiadas por tributos como, por exemplo ruas, hospitalais, praças, parques.

8 Ensino Fundamental



16

Na BNCC, o Ensino Fundamental está organizado em cinco **áreas do conhecimento**.

Essas áreas, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010²⁴, "favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes **componentes curriculares**" (BRASIL, 2010). Elas se intersectam na formação dos alunos, embora se preservem as especificidades e os saberes próprios construídos e sistematizados nos diversos componentes.

Nos textos de apresentação, cada área do conhecimento explicita seu papel na formação integral dos alunos do Ensino Fundamental e destaca particularidades para o Ensino Fundamental - Anos Iniciais e o Ensino Fundamental - Anos Finais, considerando tanto as características do alunado quanto as especificidades e demandas pedagógicas dessas fases da escolarização.

²⁴ BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 11, de 7 de julho de 2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 28. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6324-pceb011-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 mar. 2017.

Conforme imagem acima (BNCC, página 27), é possível introduzir conteúdos de Cidadania Fiscal no ensino fundamental, conforme disposto a seguir.



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LINGUAGENS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.
2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.
3. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.
4. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.
5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.
6. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

Destaque para a competência número 2: “Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.”

Como encaixar a Cidadania Fiscal no eixo da Língua Portuguesa?

- Eixos da língua portuguesa
- Conhecimento a serem trabalhados em cada eixo
- Competências a serem desenvolvidas dentro de cada eixo e conhecimento
- Habilidades de encontrar soluções e atuar diretamente na realidade

Eixos da Língua Portuguesa

- Oralidade
- Leitura/escuta
- Produção (escrita e multissemiótica)
- Análise Linguística

Cidadania Fiscal no eixo “Produção (Escrita e Multissemiótica)” (Página 84 da BNCC). Esse eixo se relaciona com campos de atuação em que essas práticas se realizam:

anos iniciais	anos finais
Campo da vida cotidiana	
Campo artístico-literário	Campo artístico-literário
Campo das práticas de estudo e pesquisa	Campo das práticas de estudo e pesquisa
Campo da vida pública	Campo jornalístico-midiático
	Campo de atuação na vida pública

Segundo a BNCC, página 86:

“Para cada campo de atuação, os objetos de conhecimento e as habilidades estão organizados a partir das práticas de linguagem e distribuídos pelos nove anos em dois segmentos (Ensino Fundamental – Anos Iniciais e, Ensino Fundamental – Anos Finais), dadas as especificidades de cada segmento.”

(...)

“Assim, as habilidades devem ser consideradas sob as perspectivas da continuidade das aprendizagens e da integração dos eixos organizadores e objetos de conhecimento ao longo dos anos de escolarização. Por esses motivos, optou-se por apresentar os quadros de habilidades em seis blocos (1º ao 5º ano; 1º e 2º anos; 3º ao 5º ano; 6º ao 9º ano; 6º e 7º anos; e 8º e 9º anos), sem que isso represente qualquer tipo de normatização de organização em ciclos.”

(...)

“Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica e com as competências específicas da área de Linguagens, o componente curricular de Língua Portuguesa deve garantir aos estudantes o desenvolvimento de competências específicas. Vale ainda destacar que tais competências perpassam todos os componentes curriculares do Ensino Fundamental e são essenciais para a ampliação das possibilidades de participação dos estudantes em práticas de diferentes campos de atividades humanas e de pleno exercício da cidadania.”



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.
3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo.
4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.
5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual.
6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.
7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.
8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.).
9. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura.
10. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.

8.1.1 Língua Portuguesa:

8.1.1.1 Habilidades do 1º ao 5º ano onde podem ser inseridos conceitos de conscientização tributária (BNCC, páginas 89 a 135)

Identificamos a seguir, campos de atuação e habilidades que podem ser desenvolvidas para a inclusão do tema Conscientização Tributária, no formato de intradisciplinaridade na disciplina de Língua Portuguesa do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

Campo de atuação: Vida Pública 1º ao 5º ano (BNCC, página 104)

CAMPO DA VIDA PÚBLICA – Campo de atuação relativo à participação em situações de leitura e escrita, especialmente de textos das esferas jornalística, publicitária, política, jurídica e reivindicatória, contemplando temas que impactam a cidadania e o exercício de direitos. Alguns gêneros textuais deste campo: notas; álbuns noticiosos; notícias; reportagens; cartas do leitor (revista infantil); comentários em *sites* para criança; textos de campanhas de conscientização; Estatuto da Criança e do Adolescente; abaixo-assinados; cartas de reclamação, regras e regulamentos.

20

Habilidades Língua Portuguesa 1º e 2º anos (BNCC, página 107)

(EF12LP13) Planejar, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, *slogans* e peça de campanha de conscientização destinada ao público infantil que possam ser repassados oralmente por meio de ferramentas digitais, em áudio ou vídeo, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.

(EF12LP16) Identificar e reproduzir, em anúncios publicitários e textos de campanhas de conscientização destinados ao público infantil (orais e escritos, digitais ou impressos), a formatação e diagramação específica de cada um desses gêneros, inclusive o uso de imagens.

Habilidades Língua Portuguesa do 3º ao 5º ano (BNCC, página 122)

Campo de Atuação: Vida Pública

CAMPO DA VIDA PÚBLICA – Campo de atuação relativo à participação em situações de leitura e escrita, especialmente de textos das esferas jornalística, publicitária, política, jurídica e reivindicatória, contemplando temas que impactam a cidadania e o exercício de direitos. Alguns gêneros textuais deste campo: notas; álbuns noticiosos; notícias; reportagens; cartas do leitor (revista infantil); comentários em *sites* para criança; textos de campanhas de conscientização; Estatuto da Criança e do Adolescente; abaixo-assinados; cartas de reclamação, regras e regulamentos.

Habilidades (BNCC, páginas 123, 125 e 127)

(EFO3LP18) Ler e compreender, com autonomia, cartas dirigidas a veículos da mídia impressa ou digital (cartas de leitor e de reclamação a jornais, revistas) e notícias, dentre outros gêneros do campo jornalístico, de acordo com as convenções do gênero carta e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.

(EFO4LP14) Identificar, em notícias, fatos, participantes, local e momento/tempo da ocorrência do fato noticiado.

(EFO5LP15) Ler/assistir e compreender, com autonomia, notícias, reportagens, vídeos em *vlogs* argumentativos, dentre outros gêneros do campo político-cidadão, de acordo com as convenções dos gêneros e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.

(EF03LP20) Produzir cartas dirigidas a veículos da mídia impressa ou digital (cartas do leitor ou de reclamação a jornais ou revistas), dentre outros gêneros do campo político-cidadão, com opiniões e críticas, de acordo com as convenções do gênero carta e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.	(EF04LP16) Produzir notícias sobre fatos ocorridos no universo escolar, digitais ou impressas, para o jornal da escola, noticiando os fatos e seus atores e comentando decorrências, de acordo com as convenções do gênero notícia e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.	(EF05LP17) Produzir roteiro para edição de uma reportagem digital sobre temas de interesse da turma, a partir de buscas de informações, imagens, áudios e vídeos na internet, de acordo com as convenções do gênero e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.
---	--	---

(EF35LP15) Opinar e defender ponto de vista sobre tema polêmico relacionado a situações vivenciadas na escola e/ou na comunidade, utilizando registro formal e estrutura adequada à argumentação, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.

(EF05LP19) Argumentar oralmente sobre acontecimentos de interesse social, com base em conhecimentos sobre fatos divulgados em TV, rádio, mídia impressa e digital, respeitando pontos de vista diferentes.

21

8.1.1.2 Habilidades do 6º ao 9º ano onde podem ser inseridos conceitos de conscientização tributária

Campo de Atuação: Jornalístico-Midiático (BNCC, página 140)

CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO – Trata-se, em relação a este Campo, de ampliar e qualificar a participação das crianças, adolescentes e jovens nas práticas relativas ao trato com a informação e opinião, que estão no centro da esfera jornalística/midiática. Para além de construir conhecimentos e desenvolver habilidades envolvidas na escuta, leitura e produção de textos que circulam no campo, o que se pretende é propiciar experiências que permitam desenvolver nos adolescentes e jovens a sensibilidade para que se interessem pelos fatos que acontecem na sua comunidade, na sua cidade e no mundo e afetam as vidas das pessoas, incorporem em suas vidas a prática de escuta, leitura e produção de textos pertencentes a gêneros da esfera jornalística em diferentes fontes, veículos e mídias, e desenvolvam autonomia e pensamento crítico para se situar em relação a interesses e posicionamentos diversos e possam produzir textos noticiosos e opinativos e participar de discussões e debates de forma ética e respeitosa.

Habilidades (BNCC, páginas 141 e 143)

(EF69LP01) Diferenciar liberdade de expressão de discursos de ódio, posicionando-se contrariamente a esse tipo de discurso e vislumbrando possibilidades de denúncia quando for o caso.

(EF69LP02) Analisar e comparar peças publicitárias variadas (cartazes, folhetos, *outdoor*, anúncios e propagandas em diferentes mídias, *spots*, *jingle*, vídeos etc.), de forma a perceber a articulação entre elas em campanhas, as especificidades das várias semioses e mídias, a adequação dessas peças ao público-alvo, aos objetivos do anunciante e/ou da campanha e à construção composicional e estilo dos gêneros em questão, como forma de ampliar suas possibilidades de compreensão (e produção) de textos pertencentes a esses gêneros.

(EF69LP03) Identificar, em notícias, o fato central, suas principais circunstâncias e eventuais decorrências; em reportagens e fotorreportagens o fato ou a temática retratada e a perspectiva de abordagem, em entrevistas os principais temas/subtemas abordados, explicações dadas ou teses defendidas em relação a esses subtemas; em tirinhas, memes, charge, a crítica, ironia ou humor presente.

(EF69LP04) Identificar e analisar os efeitos de sentido que fortalecem a persuasão nos textos publicitários, relacionando as estratégias de persuasão e apelo ao consumo com os recursos linguístico-discursivos utilizados, como imagens, tempo verbal, jogos de palavras, figuras de linguagem etc., com vistas a fomentar práticas de consumo consciente.

(EF69LP05) Inferir e justificar, em textos multissemióticos – tirinhas, charges, memes, *gifs* etc. –, o efeito de humor, ironia e/ou crítica pelo uso ambíguo de palavras, expressões ou imagens ambíguas, de clichês, de recursos iconográficos, de pontuação etc.

(EF69LP09) Planejar uma campanha publicitária sobre questões/problemas, temas, causas significativas para a escola e/ou comunidade, a partir de um levantamento de material sobre o tema ou evento, da definição do público-alvo, do texto ou peça a ser produzido – cartaz, *banner*, folheto, panfleto, anúncio impresso e para internet, *spot*, propaganda de rádio, TV etc. –, da ferramenta de edição de texto, áudio ou vídeo que será utilizada, do recorte e enfoque a ser dado, das estratégias de persuasão que serão utilizadas etc.

Campo de atuação: Vida Pública (BNCC, página 146 e 147)

CAMPO DE ATUAÇÃO NA VIDA PÚBLICA – Trata-se, neste Campo, de ampliar e qualificar a participação dos jovens nas práticas relativas ao debate de ideias e à atuação política e social, por meio do(a):

- compreensão dos interesses que movem a esfera política em seus diferentes níveis e instâncias, das formas e canais de participação institucionalizados, incluindo os digitais, e das formas de participação não institucionalizadas, incluindo aqui manifestações artísticas e intervenções urbanas;
- reconhecimento da importância de se envolver com questões de interesse público e coletivo e compreensão do contexto de promulgação dos direitos humanos, das políticas afirmativas, e das leis de uma forma geral em um estado democrático, como forma de propiciar a vivência democrática em várias instâncias e uma atuação pautada pela ética da responsabilidade (o outro tem direito a uma vida digna tanto quanto eu tenho);
- desenvolvimento de habilidades e aprendizagem de procedimentos envolvidos na leitura/escuta e produção de textos pertencentes a gêneros relacionados à discussão e implementação de propostas, à defesa de direitos e a projetos culturais e de interesse público de diferentes naturezas.

Envolvem o domínio de gêneros legais e o conhecimento dos canais competentes para questionamentos, reclamação de direitos e denúncias de desrespeitos a legislações e regulamentações e a direitos; de discussão de propostas e programas de interesse público no contexto de agremiações, coletivos, movimentos e outras instâncias e fóruns de discussão da escola, da comunidade e da cidade.

(EF69LP20) Identificar, tendo em vista o contexto de produção, a forma de organização dos textos normativos e legais, a lógica de hierarquização de seus itens e subitens e suas partes: parte inicial (título – nome e data – e ementa), blocos de artigos (parte, livro, capítulo, seção, subseção), artigos (*caput* e parágrafos e incisos) e parte final (disposições pertinentes à sua implementação) e analisar efeitos de sentido causados pelo uso de vocabulário técnico, pelo uso do imperativo, de palavras e expressões que indicam circunstâncias, como advérbios e locuções adverbiais, de palavras que indicam generalidade, como alguns pronomes indefinidos, de forma a poder compreender o caráter imperativo, coercitivo e generalista das leis e de outras formas de regulamentação.

(EF69LP21) Posicionar-se em relação a conteúdos veiculados em práticas não institucionalizadas de participação social, sobretudo àquelas vinculadas a manifestações artísticas, produções culturais, intervenções urbanas e práticas próprias das culturas juvenis que pretendam denunciar, expor uma problemática ou “convocar” para uma reflexão/ação, relacionando esse texto/produção com seu contexto de produção e relacionando as partes e semioses presentes para a construção de sentidos.

(EF69LP22) Produzir, revisar e editar textos reivindicatórios ou propositivos sobre problemas que afetam a vida escolar ou da comunidade, justificando pontos de vista, reivindicações e detalhando propostas (justificativa, objetivos, ações previstas etc.), levando em conta seu contexto de produção e as características dos gêneros em questão.

(EF69LP23) Contribuir com a escrita de textos normativos, quando houver esse tipo de demanda na escola – regimentos e estatutos de organizações da sociedade civil do âmbito da atuação das crianças e jovens (grêmio livre, clubes de leitura, associações culturais etc.) – e de regras e regulamentos nos vários âmbitos da escola – campeonatos, festivais, regras de convivência etc., levando em conta o contexto de produção e as características dos gêneros em questão.

Língua Portuguesa 6º ano e 7º ano (BNCC, páginas 166 e 167)

Campo de atuação: jornalístico midiático

(EF67LP15) Identificar a proibição imposta ou o direito garantido, bem como as circunstâncias de sua aplicação, em artigos relativos a normas, regimentos escolares, regimentos e estatutos da sociedade civil, regulamentações para o mercado publicitário, Código de Defesa do Consumidor, Código Nacional de Trânsito, ECA, Constituição, dentre outros.

(EF67LP16) Explorar e analisar espaços de reclamação de direitos e de envio de solicitações (tais como ouvidorias, SAC, canais ligados a órgãos públicos, plataformas do consumidor, plataformas de reclamação), bem como de textos pertencentes a gêneros que circulam nesses espaços, reclamação ou carta de reclamação, solicitação ou carta de solicitação, como forma de ampliar as possibilidades de produção desses textos em casos que remetam a reivindicações que envolvam a escola, a comunidade ou algum de seus membros como forma de se engajar na busca de solução de problemas pessoais, dos outros e coletivos.

Língua Portuguesa 8º ano e 9º ano (BNCC, páginas 181 e 183)

Campo de atuação: jornalístico midiático

(EF89LP12) Planejar coletivamente a realização de um debate sobre tema previamente definido, de interesse coletivo, com regras acordadas e planejar, em grupo, participação em debate a partir do levantamento de informações e argumentos que possam sustentar o posicionamento a ser defendido (o que pode envolver entrevistas com especialistas, consultas a fontes diversas, o registro das informações e dados obtidos etc.), tendo em vista as condições de produção do debate – perfil dos ouvintes e demais participantes, objetivos do debate, motivações para sua realização, argumentos e estratégias de convencimento mais eficazes etc. e participar de debates regrados, na condição de membro de uma equipe de debatedor, apresentador/mediador, espectador (com ou sem direito a perguntas), e/ou de juiz/avaliador, como forma de compreender o funcionamento do debate, e poder participar de forma convincente, ética, respeitosa e crítica e desenvolver uma atitude de respeito e diálogo para com as ideias divergentes.

Campo de atuação: vida pública

(EF89LP17) Relacionar textos e documentos legais e normativos de importância universal, nacional ou local que envolvam direitos, em especial, de crianças, adolescentes e jovens – tais como a Declaração dos Direitos Humanos, a Constituição Brasileira, o ECA –, e a regulamentação da organização escolar – por exemplo, regimento escolar –, a seus contextos de produção, reconhecendo e analisando possíveis motivações, finalidades e sua vinculação com experiências humanas e fatos históricos e sociais, como forma de ampliar a compreensão dos direitos e deveres, de fomentar os princípios democráticos e uma atuação pautada pela ética da responsabilidade (o outro tem direito a uma vida digna tanto quanto eu tenho).

(EF89LP18) Explorar e analisar instâncias e canais de participação disponíveis na escola (conselho de escola, outros colegiados, grêmio livre), na comunidade (associações, coletivos, movimentos, etc.), no município ou no país, incluindo formas de participação digital, como canais e plataformas de participação (como portal e-cidadania), serviços, portais e ferramentas de acompanhamentos do trabalho de políticos e de tramitação de leis, canais de educação política, bem como de propostas e proposições que circulam nesses canais, de forma a participar do debate de ideias e propostas na esfera social e a engajar-se com a busca de soluções para problemas ou questões que envolvam a vida da escola e da comunidade.

(EF89LP19) Analisar, a partir do contexto de produção, a forma de organização das cartas abertas, abaixo-assinados e petições *on-line* (identificação dos signatários, explicitação da reivindicação feita, acompanhada ou não de uma breve apresentação da problemática e/ou de justificativas que visam sustentar a reivindicação) e a proposição, discussão e aprovação de propostas políticas ou de soluções para problemas de interesse público, apresentadas ou lidas nos canais digitais de participação, identificando suas marcas linguísticas, como forma de possibilitar a escrita ou subscrição consciente de abaixo-assinados e textos dessa natureza e poder se posicionar de forma crítica e fundamentada frente às propostas.

(EF89LP20) Comparar propostas políticas e de solução de problemas, identificando o que se pretende fazer/implementar, por que (motivações, justificativas), para que (objetivos, benefícios e consequências esperados), como (ações e passos), quando etc. e a forma de avaliar a eficácia da proposta/solução, contrastando dados e informações de diferentes fontes, identificando coincidências, complementariedades e contradições, de forma a poder compreender e posicionar-se criticamente sobre os dados e informações usados em fundamentação de propostas e analisar a coerência entre os elementos, de forma a tomar decisões fundamentadas.

(EF89LP21) Realizar enquetes e pesquisas de opinião, de forma a levantar prioridades, problemas a resolver ou propostas que possam contribuir para melhoria da escola ou da comunidade, caracterizar demanda/necessidade, documentando-a de diferentes maneiras por meio de diferentes procedimentos, gêneros e mídias e, quando for o caso, selecionar informações e dados relevantes de fontes pertinentes diversas (sites, impressos, vídeos etc.), avaliando a qualidade e a utilidade dessas fontes, que possam servir de contextualização e fundamentação de propostas, de forma a justificar a proposição de propostas, projetos culturais e ações de intervenção.

8.1.2 Como encaixar a Cidadania Fiscal nas artes?

Conforme BNCC página 193,

“No Ensino Fundamental, o componente curricular Arte está centrado nas seguintes **linguagens**: as Artes visuais, a Dança, a Música e o Teatro. Essas linguagens articulam saberes referentes a produtos e fenômenos artísticos e envolvem as práticas de criar, ler, produzir, construir, exteriorizar e refletir sobre formas artísticas. A sensibilidade, a intuição, o pensamento, as emoções e as subjetividades se manifestam como formas de expressão no processo de aprendizagem em Arte.”

A BNCC (páginas 194 e 195) propõe que a abordagem das linguagens articule seis **dimensões do conhecimento** que, de forma indissociável e simultânea, caracterizam a singularidade da experiência artística.

- Criação
- Crítica
- Estesia
- Expressão
- Fruição
- Reflexão

24

Competências específicas de arte para o ensino fundamental BNCC, página 198)



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE ARTE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Explorar, conhecer, fruir e analisar criticamente práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais brasileiras e de diversas sociedades, em distintos tempos e espaços, para reconhecer a arte como um fenômeno cultural, histórico, social e sensível a diferentes contextos e dialogar com as diversidades.
2. Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, pelo cinema e pelo audiovisual, nas condições particulares de produção, na prática de cada linguagem e nas suas articulações.
3. Pesquisar e conhecer distintas matrizes estéticas e culturais – especialmente aquelas manifestas na arte e nas culturas que constituem a identidade brasileira –, sua tradição e manifestações contemporâneas, reelaborando-as nas criações em Arte.
4. Experienciar a ludicidade, a percepção, a expressividade e a imaginação, ressignificando espaços da escola e de fora dela no âmbito da Arte.
5. Mobilizar recursos tecnológicos como formas de registro, pesquisa e criação artística.
6. Estabelecer relações entre arte, mídia, mercado e consumo, compreendendo, de forma crítica e problematizadora, modos de produção e de circulação da arte na sociedade.
7. Problematizar questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais, por meio de exercícios, produções, intervenções e apresentações artísticas.
8. Desenvolver a autonomia, a crítica, a autoria e o trabalho coletivo e colaborativo nas artes.
9. Analisar e valorizar o patrimônio artístico nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo.



Arte 1º ao 5º ano

Habilidades (BNCC, página 203)

(EF15AR20) Experimentar o trabalho colaborativo, coletivo e autoral em improvisações teatrais e processos narrativos criativos em teatro, explorando desde a teatralidade dos gestos e das ações do cotidiano até elementos de diferentes matrizes estéticas e culturais.

Arte 6º ao 9º ano

Habilidades (BNCC, página 207 e 211)

(EF69AR16) Analisar criticamente, por meio da apreciação musical, usos e funções da música em seus contextos de produção e circulação, relacionando as práticas musicais às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética.

(EF69AR33) Analisar aspectos históricos, sociais e políticos da produção artística, problematizando as narrativas eurocêntricas e as diversas categorizações da arte (arte, artesanato, folclore, *design* etc.).

8.1.3 Como encaixar a Cidadania Fiscal na Educação Física (BNCC, página 213)

Competências Específicas da Educação Física (BNCC, página 223)

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual.
2. Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural nesse campo.
3. Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais.
4. Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas.
5. Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes.
6. Interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam.
7. Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos.
8. Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde.
9. Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário.
10. Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.

26

A Cidadania Fiscal poderá ser explorada na Educação Física por meio de divulgação de projetos financiados pela destinação do Imposto de Renda para atividades esportivas. É possível ainda divulgar as aplicações dos tributos em diversas iniciativas esportivas a exemplo do “Bolsa Atleta” que, desde 2005, onde

“O público beneficiário são atletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade. O programa garante condições mínimas para que se dediquem, com exclusividade e tranquilidade, ao treinamento e a competições locais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paralímpicas. Desde 2012, com a Lei 12.395/11, é permitido que o candidato tenha outros patrocínios, o que propicia que atletas consagrados possam ter a bolsa e, assim, contar com mais uma fonte de recurso para suas atividades” (<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-atleta>).

Construção de valores: vincula-se aos conhecimentos originados em discussões e vivências no contexto da tematização das práticas corporais, que possibilitam a aprendizagem de valores e normas voltadas ao exercício da cidadania em prol de uma sociedade democrática.

1. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho.
2. Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo.
3. Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções.
4. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.
5. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados.
6. Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados).
7. Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.
8. Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

Habilidades 5º ano (BNCC, página 295)

(EF05MA06) Associar as representações 10%, 25%, 50%, 75% e 100% respectivamente à décima parte, quarta parte, metade, três quartos e um inteiro, para calcular porcentagens, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros.

Habilidades 6º ano (BNCC, página 301)

(EF06MA13) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem fazer uso da “regra de três”, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros.

Habilidades 7º ano (BNCC, página 307)

(EF07MA02) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de educação financeira, entre outros.

Habilidades 9º ano (BNCC, página 317)

(EF09MA05) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira.

8.3 A Área de Ciência da Natureza

Como está consignado na BNCC, página 321, “apreender ciência não é a finalidade última do letramento, mas, sim, o desenvolvimento da capacidade de atuação no e sobre o mundo, importante ao exercício pleno da cidadania.”

Competências específicas (BNCC, página 324):

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica, a área de Ciências da Natureza – e, por consequência, o componente curricular de Ciências –, devem garantir aos alunos o desenvolvimento de **competências específicas**.

29



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS DA NATUREZA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico.
2. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
3. Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza.
4. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.
5. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.
6. Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética.
7. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.
8. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

Habilidades

6º ano (BNCC, página 345):

A Cidadania Fiscal poderá ser explorada ao explorar o financiamento de pesquisas por meio dos tributos

(EF06CI04) Associar a produção de medicamentos e outros materiais sintéticos ao desenvolvimento científico e tecnológico, reconhecendo benefícios e avaliando impactos socioambientais.

7º ano (BNCC, página 347):

(EF07CI09) Interpretar as condições de saúde da comunidade, cidade ou estado, com base na análise e comparação de indicadores de saúde (como taxa de mortalidade infantil, cobertura de saneamento básico e incidência de doenças de veiculação hídrica, atmosférica entre outras) e dos resultados de políticas públicas destinadas à saúde.

(EF07CI10) Argumentar sobre a importância da vacinação para a saúde pública, com base em informações sobre a maneira como a vacina atua no organismo e o papel histórico da vacinação para a manutenção da saúde individual e coletiva e para a erradicação de doenças.

(EF09CI13) Propor iniciativas individuais e coletivas para a solução de problemas ambientais da cidade ou da comunidade, com base na análise de ações de consumo consciente e de sustentabilidade bem-sucedidas.

8.4 A Área das Ciências Humanas

Competências específicas (BNCC, página 357):

1. Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.
2. Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico-informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo.
3. Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social.
4. Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
5. Comparar eventos ocorridos simultaneamente no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados.
6. Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
7. Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado a localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão.

8.4.1 Geografia

Competências específicas para a geografia

1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.
2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.
3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.
4. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.
5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.
6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza.
7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

32

Habilidades 1º ano (BNCC, página 371):

(EF01GEO1) Descrever características observadas de seus lugares de vivência (moradia, escola etc.) e identificar semelhanças e diferenças entre esses lugares.

(EF01GEO2) Identificar semelhanças e diferenças entre jogos e brincadeiras de diferentes épocas e lugares.

(EF01GEO3) Identificar e relatar semelhanças e diferenças de usos do espaço público (praças, parques) para o lazer e diferentes manifestações.

(EF01GEO4) Discutir e elaborar, coletivamente, regras de convívio em diferentes espaços (sala de aula, escola etc.).

Habilidades 2º ano (BNCC, página 373):

(EF02GEO9) Identificar objetos e lugares de vivência (escola e moradia) em imagens aéreas e mapas (visão vertical) e fotografias (visão oblíqua).

Habilidades 3º ano (BNCC, página 375):

(EF03GE02) Identificar, em seus lugares de vivência, marcas de contribuição cultural e econômica de grupos de diferentes origens.

Habilidades 5º ano (BNCC, página 379):

(EF05GE02) Identificar diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais entre grupos em diferentes territórios.

(EF05GE12) Identificar órgãos do poder público e canais de participação social responsáveis por buscar soluções para a melhoria da qualidade de vida (em áreas como meio ambiente, mobilidade, moradia e direito à cidade) e discutir as propostas implementadas por esses órgãos que afetam a comunidade em que vive.

Habilidades 7º ano (BNCC, página 387):

(EF07GE02) Analisar a influência dos fluxos econômicos e populacionais na formação socioeconômica e territorial do Brasil, compreendendo os conflitos e as tensões históricas e contemporâneas.

(EF07GE06) Discutir em que medida a produção, a circulação e o consumo de mercadorias provocam impactos ambientais, assim como influem na distribuição de riquezas, em diferentes lugares.

Habilidades 8º ano (BNCC, página 389):

(EF08GE04) Compreender os fluxos de migração na América Latina (movimentos voluntários e forçados, assim como fatores e áreas de expulsão e atração) e as principais políticas migratórias da região.

(EF08GE14) Analisar os processos de desconcentração, descentralização e recentralização das atividades econômicas a partir do capital estadunidense e chinês em diferentes regiões no mundo, com destaque para o Brasil.

(EF08GE20) Analisar características de países e grupos de países da América e da África no que se refere aos aspectos populacionais, urbanos, políticos e econômicos, e discutir as desigualdades sociais e econômicas e as pressões sobre a natureza e suas riquezas (sua apropriação e valoração na produção e circulação), o que resulta na espoliação desses povos.

Habilidades 9º ano (BNCC, página 393):

(EF09GE09) Analisar características de países e grupos de países europeus, asiáticos e da Oceania em seus aspectos populacionais, urbanos, políticos e econômicos, e discutir suas desigualdades sociais e econômicas e pressões sobre seus ambientes físico-naturais.

8.4.2 História

De acordo com a BNCC, página 3968, no âmbito do ensino da História, destacamos para fins desse estudo que

“Entre os saberes produzidos, destaca-se a capacidade de comunicação e diálogo, instrumento necessário para o respeito à pluralidade cultural, social e política, bem como para o enfrentamento de circunstâncias marcadas pela tensão e pelo conflito. A lógica da palavra, da argumentação, é aquela que permite ao sujeito enfrentar os problemas e propor soluções com vistas à superação das contradições políticas, econômicas e sociais do mundo em que vivemos.”

(...)

*“Nesse contexto, um dos importantes objetivos de História no Ensino Fundamental é estimular a **autonomia de pensamento** e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania.”*

Competências específicas da história para o ensino fundamental (BNCC, página 402):



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE HISTÓRIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.
7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.

Habilidades

1º ano (BNCC, página 407):

(EF01HI03) Descrever e distinguir os seus papéis e responsabilidades relacionados à família, à escola e à comunidade.

(EF01HI04) Identificar as diferenças entre os variados ambientes em que vive (doméstico, escolar e da comunidade), reconhecendo as especificidades dos hábitos e das regras que os regem.

2º ano (BNCC, página 409):

(EF02HI02) Identificar e descrever práticas e papéis sociais que as pessoas exercem em diferentes comunidades.

(EF02HI09) Identificar objetos e documentos pessoais que remetam à própria experiência no âmbito da família e/ou da comunidade, discutindo as razões pelas quais alguns objetos são preservados e outros são descartados.

(EF02HI10) Identificar diferentes formas de trabalho existentes na comunidade em que vive, seus significados, suas especificidades e importância.

(EF02HI11) Identificar impactos no ambiente causados pelas diferentes formas de trabalho existentes na comunidade em que vive.

3º ano (BNCC, página 411):

(EF03HI09) Mapear os espaços públicos no lugar em que vive (ruas, praças, escolas, hospitais, prédios da Prefeitura e da Câmara de Vereadores etc.) e identificar suas funções.

(EF03HI10) Identificar as diferenças entre o espaço doméstico, os espaços públicos e as áreas de conservação ambiental, compreendendo a importância dessa distinção.

4º ano (BNCC, página 413):

(EF04HI01) Reconhecer a história como resultado da ação do ser humano no tempo e no espaço, com base na identificação de mudanças e permanências ao longo do tempo.

(EF04HI10) Analisar diferentes fluxos populacionais e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira.

(EF04HI11) Analisar, na sociedade em que vive, a existência ou não de mudanças associadas à migração (interna e internacional).

5º ano (BNCC, página 415):

(EF05HI02) Identificar os mecanismos de organização do poder político com vistas à compreensão da ideia de Estado e/ou de outras formas de ordenação social.

(EF05HI04) Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos.

(EF05HI05) Associar o conceito de cidadania à conquista de direitos dos povos e das sociedades, compreendendo-o como conquista histórica.

6º ano (BNCC, página 421):

(EF06HI12) Associar o conceito de cidadania a dinâmicas de inclusão e exclusão na Grécia e Roma antigas.

(EF06HI19) Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais.

7º ano (BNCC, página 423):

(EF07HI17) Discutir as razões da passagem do mercantilismo para o capitalismo.

8º ano (BNCC, página 425):

(EF08HI03) Analisar os impactos da Revolução Industrial na produção e circulação de povos, produtos e culturas.

9º ano (BNCC, página 429 a 431):

(EF09HI06) Identificar e discutir o papel do trabalhismo como força política, social e cultural no Brasil, em diferentes escalas (nacional, regional, cidade, comunidade).

(EF09HI17) Identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil a partir de 1946.

(EF09HI18) Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais.

(EF09HI25) Relacionar as transformações da sociedade brasileira aos protagonismos da sociedade civil após 1989.

(EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.

(EF09HI27) Relacionar aspectos das mudanças econômicas, culturais e sociais ocorridas no Brasil a partir da década de 1990 ao papel do País no cenário internacional na era da globalização.

9. Ensino Médio¹



¹ BNCC, página 33

Segundo a BNCC (páginas 466 e 467), o ensino médio na contemporaneidade, dentre outras coisas,

“visa proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros) entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade.”

(...)

“Nessa mesma direção, é também finalidade do Ensino Médio o aprimoramento do educando como pessoa humana, considerando sua formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa, ética, democrática, inclusiva, sustentável e solidária, a escola que acolhe as juventudes deve ser um espaço que permita aos estudantes (...) construir projetos pessoais e coletivos baseados na liberdade, na justiça social, na solidariedade, na cooperação e na sustentabilidade”

Estrutura do ensino médio (BNCC, página 475, citando a LDB):

Cidadania Fiscal RFB na BNCC e Itinerários (BNCC, página 475, citando a LDB; 476 e 477):

“As recentes mudanças na LDB, em função da Lei nº 13.415/2017, substituem o modelo único de currículo do Ensino Médio por um modelo diversificado e flexível:

*O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por **itinerários formativos**, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:*

*I – Linguagens e suas tecnologias;
II – Matemática e suas tecnologias;
III – Ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas;
V – Formação técnica e profissional (LDB, Art. 36; ênfases adicionadas).*

“Nesse contexto, é necessário reorientar currículos e propostas pedagógicas – compostos, indissociavelmente, por formação geral básica e itinerário formativo (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 10).

(...)

“Os itinerários formativos – estratégicos para a flexibilização da organização curricular do Ensino Médio, pois possibilitam opções de escolha aos estudantes – podem ser estruturados com foco em uma área do conhecimento, na formação técnica e profissional ou, também, na mobilização de competências e habilidades de diferentes áreas, compondo itinerários integrados”

Nesses itinerários formativos, podem ser inseridos os programas de Cidadania Fiscal da RFB.

Competências específicas de linguagem e suas tecnologias para o ensino médio (BNCC, página 490):



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS PARA O ENSINO MÉDIO

1. Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explcação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.
2. Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza.
3. Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global.
4. Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza.
5. Compreender os processos de produção e negociação de sentidos nas práticas corporais, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de respeito à diversidade.
6. Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, exercendo protagonismo de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.
7. Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 3 (BNCC, página 493):

"Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global."

(...)

"No Ensino Médio, pretende-se que os estudantes ampliem o uso das linguagens de maneira crítica, levando em conta um aprofundamento da análise do funcionamento das diversas semioses para produzir sentidos. Os estudantes devem utilizar diferentes linguagens de maneira posicionada, assumindo uma ética solidária que respeite as diferenças sociais ou individuais e promova os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global."

40

HABILIDADES

(EM13LGG301) Participar de processos de produção individual e colaborativa em diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais), levando em conta suas formas e seus funcionamentos, para produzir sentidos em diferentes contextos.

(EM13LGG302) Posicionar-se criticamente diante de diversas visões de mundo presentes nos discursos em diferentes linguagens, levando em conta seus contextos de produção e de circulação.

(EM13LGG303) Debater questões polêmicas de relevância social, analisando diferentes argumentos e opiniões, para formular, negociar e sustentar posições, frente à análise de perspectivas distintas.

(EM13LGG304) Formular propostas, intervir e tomar decisões que levem em conta o bem comum e os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global.

(EM13LGG305) Mapear e criar, por meio de práticas de linguagem, possibilidades de atuação social, política, artística e cultural para enfrentar desafios contemporâneos, discutindo princípios e objetivos dessa atuação de maneira crítica, criativa, solidária e ética.

A área de Linguagens e suas Tecnologias. Língua Portuguesa (BNCC, página 498):

Campo da vida pessoal (BNCC, página 511):

CAMPO DA VIDA PESSOAL	
PRÁTICAS	
Habilidades	Competências específicas
<p>(EM13LP21) Produzir, de forma colaborativa, e socializar <i>playlists</i> comentadas de preferências culturais e de entretenimento, revistas culturais, fanzines, e-zines ou publicações afins que divulguem, comentem e avaliem músicas, games, séries, filmes, quadrinhos, livros, peças, exposições, espetáculos de dança etc., de forma a compartilhar gostos, identificar afinidades, fomentar comunidades etc.</p>	1, 6

41

Campo de atuação da vida pública (BNCC, página 512 a 514):

“Trata-se de consolidar habilidades relativas à participação e atuação política e social, ao debate qualificado e ético de ideias, à consciência dos direitos e deveres e à reclamação de direitos” (...)

“Parâmetro para a organização / progressão curricular (...)

“analisar e/ou propor itens de políticas públicas, leis, projetos de leis, programas, projetos culturais e/ou de intervenção social, sobretudo os que envolvem a juventude.”

CAMPO DE ATUAÇÃO NA VIDA PÚBLICA	
PRÁTICAS	
Habilidades	Competências específicas
<p>(EM13LP24) Analisar formas não institucionalizadas de participação social, sobretudo as vinculadas a manifestações artísticas, produções culturais, intervenções urbanas e formas de expressão típica das culturas juvenis que pretendam expor uma problemática ou promover uma reflexão/ação, posicionando-se em relação a essas produções e manifestações.</p>	1
<p>(EM13LP27) Engajar-se na busca de solução para problemas que envolvam a coletividade, denunciando o desrespeito a direitos, organizando e/ou participando de discussões, campanhas e debates, produzindo textos reivindicatórios, normativos, entre outras possibilidades, como forma de fomentar os princípios democráticos e uma atuação pautada pela ética da responsabilidade, pelo consumo consciente e pela consciência socioambiental.</p>	3

Campo das práticas de estudo e de pesquisa (BNCC, página 515 a 518):

CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO (BNCC, página 521):

CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO	
PRÁTICAS	
Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica	
Habilidades	Competências específicas
(EM13LP37) Conhecer e analisar diferentes projetos editoriais – institucionais, privados, públicos, financiados, independentes etc. –, de forma a ampliar o repertório de escolhas possíveis de fontes de informação e opinião, reconhecendo o papel da mídia plural para a consolidação da democracia.	2
(EM13LP40) Analisar o fenômeno da pós-verdade – discutindo as condições e os mecanismos de disseminação de <i>fake news</i> e também exemplos, causas e consequências desse fenômeno e da prevalência de crenças e opiniões sobre fatos –, de forma a adotar atitude crítica em relação ao fenômeno e desenvolver uma postura flexível que permita rever crenças e opiniões quando fatos apurados as contradisserem.	2, 7

A Área da Matemática e suas tecnologias (BNCC, página 531):

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS PARA O ENSINO MÉDIO	
<ol style="list-style-type: none">1. Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos, sejam atividades cotidianas, sejam fatos das Ciências da Natureza e Humanas, das questões socioeconômicas ou tecnológicas, divulgados por diferentes meios, de modo a contribuir para uma formação geral.2. Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na análise de problemas sociais, como os voltados a situações de saúde, sustentabilidade, das implicações da tecnologia no mundo do trabalho, entre outros, mobilizando e articulando conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática.3. Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos, analisando a plausibilidade dos resultados e a adequação das soluções propostas, de modo a construir argumentação consistente.4. Compreender e utilizar, com flexibilidade e precisão, diferentes registros de representação matemáticos (algébrico, geométrico, estatístico, computacional etc.), na busca de solução e comunicação de resultados de problemas.5. Investigar e estabelecer conjecturas a respeito de diferentes conceitos e propriedades matemáticas, empregando estratégias e recursos, como observação de padrões, experimentações e diferentes tecnologias, identificando a necessidade, ou não, de uma demonstração cada vez mais formal na validação das referidas conjecturas.	

Habilidades (BNCC, página 533)

(EM13MAT101) Interpretar criticamente situações econômicas, sociais e fatos relativos às Ciências da Natureza que envolvam a variação de grandezas, pela análise dos gráficos das funções representadas e das taxas de variação, com ou sem apoio de tecnologias digitais.

Números e álgebra (BNCC, página 543)

(EM13MAT101) Interpretar criticamente situações econômicas, sociais e fatos relativos às Ciências da Natureza que envolvam a variação de grandezas, pela análise dos gráficos das funções representadas e das taxas de variação, com ou sem apoio de tecnologias digitais.

A Área das Ciências da Natureza e suas tecnologias (BNCC, página 553)

 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS PARA O ENSINO MÉDIO

1. Analisar fenômenos naturais e processos tecnológicos, com base nas interações e relações entre matéria e energia, para propor ações individuais e coletivas que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e global.
2. Analisar e utilizar interpretações sobre a dinâmica da Vida, da Terra e do Cosmos para elaborar argumentos, realizar previsões sobre o funcionamento e a evolução dos seres vivos e do Universo, e fundamentar e defender decisões éticas e responsáveis.
3. Investigar situações-problema e avaliar aplicações do conhecimento científico e tecnológico e suas implicações no mundo, utilizando procedimentos e linguagens próprios das Ciências da Natureza, para propor soluções que considerem demandas locais, regionais e/ou globais, e comunicar suas descobertas e conclusões a públicos variados, em diversos contextos e por meio de diferentes mídias e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC).

Habilidades (BNCC, página 557)

(EM13CNT206) Discutir a importância da preservação e conservação da biodiversidade, considerando parâmetros qualitativos e quantitativos, e avaliar os efeitos da ação humana e das políticas ambientais para a garantia da sustentabilidade do planeta.



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS PARA O ENSINO MÉDIO

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.
2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.
3. Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.
4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.
5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
6. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Competência específica 1 (BNCC, página 572)

HABILIDADES
<p>(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.</p>
<p>(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplam outros agentes e discursos.</p>
<p>(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).</p>
<p>(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.</p>
<p>(EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades.</p>
<p>(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.</p>

Competência específica 2 (BNCC, página 573)

HABILIDADES
<p>(EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.</p>
<p>(EM13CHS202) Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.</p>
<p>(EM13CHS203) Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras).</p>
<p>(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.</p>
<p>(EM13CHS205) Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.</p>
<p>(EM13CHS206) Analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico.</p>

Competência específica 3 (BNCC, página 575)

HABILIDADES
<p>(EM13CHS301) Problematizar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a sustentabilidade socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável.</p>
<p>(EM13CHS302) Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade.</p>
<p>(EM13CHS303) Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo e à adoção de hábitos sustentáveis.</p>
<p>(EM13CHS304) Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.</p>
<p>(EM13CHS305) Analisar e discutir o papel e as competências legais dos organismos nacionais e internacionais de regulação, controle e fiscalização ambiental e dos acordos internacionais para a promoção e a garantia de práticas ambientais sustentáveis.</p>
<p>(EM13CHS306) Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta (como a adoção dos sistemas da agrobiodiversidade e agroflorestal por diferentes comunidades, entre outros).</p>

Competência específica 4 (BNCC, página 576)

HABILIDADES
<p>(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.</p>
<p>(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.</p>
<p>(EM13CHS403) Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos.</p>
<p>(EM13CHS404) Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.</p>

Competência específica 5 (BNCC, página 577)

HABILIDADES

(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

Competência específica 6 (BNCC, página 579)

(EM13CHS603) Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).

(EM13CHS606) Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira - com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes - e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

10. Proposta e recursos Didáticos de Cidadania Fiscal RFB

Buscando promover a inserção da Cidadania Fiscal no currículo escolar na educação básica e na Extensão Universitária, a Receita Federal do Brasil (RFB) disponibiliza às Secretarias de Educação Estaduais e Municipais seu Programa de Cidadania Fiscal, acompanhado de instrumentos didáticos em conscientização tributária.

Esses recursos são destinados à formação de professores da Educação Básica e à capacitação de estudantes universitários, estes últimos, cumprindo horas de extensão, conforme Resolução CNE/CES nº 7/2018 e LDB (arts. 35 e 43), podem atuar como multiplicadores de Cidadania Fiscal, levando conhecimento e práticas pedagógicas aos estudantes do Ensino Fundamental e Médio de forma integrada, transversal e interdisciplinar.

48

1. Recursos para formação de professores e estudantes

- **Cursos e capacitação:** cursos da ENAP (*Educação Fiscal – Estado e Tributação*);
- **Vídeos e apresentações** para apoiar o ensino da Educação Fiscal;
- **Jogos, dinâmicas e cursos.**

2. Material de Apoio Técnico Didático-Pedagógico

2.1 Matriz Curricular de Educação Fiscal

- Elaborada para o Ensino Fundamental e Ensino Médio;
- Formato de acordo com a BNCC: competências, princípios, áreas do conhecimento e habilidades;
- Baseada em 15 temas do eixo de Educação Fiscal sugerido pela RFB.

2.2 Apostila de Apoio Didático-Pedagógico

- Planos de aula em 15 temas do eixo de Educação Fiscal sugerido pela RFB;
- Inclui os materiais apoio didático propostos pela RFB;
- Traz anexo relacionando competências da matriz curricular de Educação Fiscal aos materiais de apoio oferecidos pela RFB.

3. Materiais de Apoio Didático

3.1 Combo Temático – 15 Temas do Eixo de Educação Fiscal

- Três apostilas com planos de aulas;
- Ensino Fundamental I: Livro Os Guardiões da Liga Cidadã e a Casa do Tesouro;
- Ensino Fundamental II: Livro Mentes Pensantes Encaram Novos Desafios;
- Caderno de testes: Questões propostas para os livros e atividades relacionadas aos 15 temas do eixo de Educação Fiscal sugerido pela RFB.

3.2 Material Extra de Planos de Aula

- Modelos do litoral norte de SP, abrangendo Educação Infantil, Fundamental e Médio;
 - Temas: alimentação, bens públicos, consumo, ética, meio ambiente, planejamento e turismo.
- Apresentações e vídeos de educação fiscal.

3.3 Publicações e Vídeos

- Série em Revista “Tributos: Uma Aventura no Tempo” – apresenta a evolução histórica dos tributos;
- Vídeos “A Caótica Vida de um Estado sem Imposto” – estilo mangá, contraponto ao Dia Sem Impostos, mostra como seria um dia com a ausência de serviços essenciais (água, luz, saúde, transporte, segurança, creches, escola e justiça).

3.4 Metodologias Ativas

- **Dinâmicas de conscientização tributária:** *A Ilha e O Bairro*. Formação do Estado e políticas públicas;
- **Jogo de tabuleiro “Pago ou Não”**. Conceitos de tributação e cidadania fiscal e orçamento público.

3.6 Recursos e materiais didático-pedagógico para uso dos professores e gestores educacionais

- **Vídeos temáticos:** conteúdos audiovisuais para os 15 temas abordados nos planos de aula;
- **Formação em educação fiscal:** apresentações e vídeos organizados em 5 blocos temáticos;
- **Apostila didático-pedagógica:** Orientações sobre o uso dos planos de aula e materiais de apoio;
- **Vídeos educativos:** Série A Caótica Vida de um Estado sem Imposto;
- **Apresentações e vídeos:** 5 blocos temáticos para capacitação docente e aplicação com estudantes;
- **Apostila “Cidadania Fiscal no Currículo Escolar”** (este documento), ligando a BNCC ao tema e trazendo modelos de aplicação didática como componente, projeto, itinerário e, com um modelo de resolução para inserção da Educação Fiscal em currículos escolares de estados e municípios;
- **Visitas guiadas à RFB:** Experiências educativas sobre aduana, tributos internos, CPF e fiscalização.

4. Propostas de Aula e de Inserção Curricular

- Aulas sobre a função socioeconômica dos tributos;
- Dinâmicas de Conscientização Tributária, testadas com estudantes e professores;
- Uso de publicações especiais como a série em quadrinhos Tributos: Uma Aventura no Tempo;
- Vídeos educativos da série A Caótica Vida em um Estado sem Imposto;
- Propostas de aulas de Cidadania Fiscal, inspiradas em experiências de Campos dos Goytacazes (RJ) e municípios do litoral norte de SP.

Recursos dos materiais de Cidadania Fiscal para currículo escolar e à extensão universitária, disponíveis em [Cidadania Fiscal no Currículo Escolar](#) e [Cidadania Fiscal na Extensão Universitária](#) .

11. Como fazer na prática? Modelos curriculares

Plano de Projeto propositivo à elaboração de PROJETOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE INSERÇÃO DA CIDADANIA FISCAL NO CURRÍCULO ESCOLAR

Justificativa

A Cidadania é elemento fundamental à formação dos indivíduos. Sua essencialidade está consignada no artigo 205 da constituição ao dispor: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao **pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania** e sua qualificação para o trabalho.” Grifos nossos.

Ser cidadão é ter habilidades e competências para atuar na vida social compreendendo seus direitos e deveres, identificando-se como parte viva de um sistema igualmente vivo e mutável, que exige de cada parte componente a contribuição individual para seu equilíbrio.

Vão ao encontro dessa ordem constitucional a Portaria MEC nº 642/2025 que institui o “Programa Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade”, a Portaria MEC 502/2025 que institui o “Programa na Ponta do Lápis”, a Portaria RFB nº 214/2022 que estrutura o “Programa Cidadania Fiscal da Receita Federal do Brasil”, bem como o Acordo de Cooperação Técnica MEC e RFB nº 21/2024.

Ramificação da cidadania plena, a **Cidadania Fiscal é tema essencial** à formação integral dos estudantes, pois trabalha a compreensão do papel dos tributos, do patrimônio público e da responsabilidade cidadã na construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária. No entanto sua **presença no currículo escolar ainda é incipiente** em muitos sistemas e redes de ensino, comprometendo o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania ativa.

Ao inserir a **Educação Fiscal** – abordagem da Cidadania Fiscal na educação – desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio, contribui-se para que crianças e jovens desenvolvam valores como ética, responsabilidade social, solidariedade e consciência sobre seus direitos e deveres. Sendo a **escola um espaço privilegiado à formação cidadã**, ela deve oportunizar aos estudantes reflexões e práticas sobre a importância do controle e da participação social, dentre outros, nas políticas públicas e na preservação dos bens coletivos. A proposta de inserção da Educação Fiscal no currículo escolar dialoga diretamente com os princípios da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, garantindo coerência pedagógica e fortalecendo a formação integral dos estudantes.

A BNCC e as abordagens da Educação Fiscal compartilham fundamentos essenciais, tais como:

- Cidadania ativa;
- Justiça social;
- Transparência e ética;
- Participação democrática;
- Sustentabilidade e diversidade.

1. Esses **valores estão presentes nas 10 competências gerais da BNCC**¹, em especial:

- **Competência 1. CONHECIMENTO.** Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. **Objetivo:** entender e explicar a realidade, colaborar com a sociedade e continuar a aprender.
- **Competência 6. TEMA: TRABALHO E PROJETO DE VIDA.** Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. **Objetivo:** entender o

¹ Texto da BNCC páginas 11 e 12 em https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf e da Revista Educação em <https://revistaeducacao.com.br/2018/10/05/bncc-competenciasgerais/>

mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas à cidadania e ao seu projeto de vida com liberdade, autonomia, criticidade e responsabilidade.

- **Competência 7. TEMA: ARGUMENTAÇÃO.** Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. **Objetivo:** formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns com base em direitos humanos, consciência socioambiental, consumo responsável e ética.
- **Competência 10. TEMA: RESPONSABILIDADE E CIDADANIA.** Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. **Objetivo:** tomar decisões com princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e democráticos.

Ao **alinhar a educação fiscal às competências gerais da BNCC**, trabalha-se para a formação cidadã, reforçando valores éticos, sociais e democráticos, elementos esses capazes de cumprir o preceito constitucional do artigo 205 que exige que a educação leve ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao seu preparo para o exercício da cidadania.

Essa formação contribui diretamente para o **fortalecimento de instrumentos como o FUNDEB** (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), que depende da arrecadação tributária e da gestão transparente desses valores, garantindo-se investimentos à educação. Em outras palavras: sem que haja tributos e sem que a sociedade compreenda sua função socioeconômica, pode não haver recursos adequados ao financiamento de diversas políticas públicas, a exemplo do FUNDEB.

A educação fiscal também se conecta à **melhoria dos indicadores de aprendizagem que compõem o cálculo do VAAR (Valor Anual por Aluno Resultados)**, que tem seus cálculos associados uma vez que fomenta o protagonismo estudantil em áreas como redação, interpretação de textos e cálculos matemáticos, trazendo a esses saberes aspectos motivadores aos estudos em razão de abordagens que conectam os aprendizados à vida real, a elementos que impactam diretamente suas vidas com é o caso da arrecadação (presentes no consumo, nos rendimentos etc.) e da aplicação dos tributos (materializada na escola pública, no merenda escolar, nos livros didáticos, na saúde e segurança públicas etc.). Essa melhora impacta positivamente a participação de estados e de municípios no recebimento de acréscimos a recursos do FUNDEB, além de refletir nos índices nacionais de avaliação da educação básica, como o **IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)** e o **SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica)**, que medem a qualidade do ensino a partir do desempenho em Língua Portuguesa e em Matemática, bem como se associa à melhoria das taxas de aprovação escolar nesses indicadores. O fortalecimento da Educação Fiscal contribui para a sustentabilidade do financiamento da educação e para a elevação dos padrões nacionais de qualidade de ensino.

Um dos marcos estruturantes dessa política é a [Matriz Curricular em Educação Fiscal](#), disponibilizada pela **Receita Federal** e revisada pela representação nacional da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (**UNCME**). Ela funciona como referência à inserção do tema no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, sendo capaz de conduzir a um letramento em cidadania fiscal de forma progressiva e adequada a cada etapa da educação básica. Complementarmente, esta **Apostila “Cidadania Fiscal na Educação”**, disponível no site RFB, apresenta orientações pedagógicas para que sistemas e redes de ensino possam implementar a educação fiscal de forma **intra, inter e transdisciplinar**.

Esses documentos, em conjunto, configuraram um guia metodológico validado institucionalmente e **alinhado à BNCC**, dando segurança pedagógica e legitimidade às iniciativas de inserção curricular. Esse movimento de inserção possui amparo interinstitucional por meio do **Acordo de Cooperação Técnica RFB e MEC nº 21/2024²** que prevê a inclusão da Cidadania Fiscal no currículo escolar e na extensão universitária, reforçando o compromisso interinstitucional entre os órgãos federais, estando ainda alinhado à **Portaria MEC nº 642/2025** que institui o “Programa Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade”³ e à **Portaria MEC 502/2025** que institui o “Programa na Ponta do Lápis”⁴ que inclui a educação fiscal como uma das abordagens fundamentais desse programa.

² ACT RFB e MEC nº 21/2024: <https://www.gov.br/receitafederal/>

³ Portaria MEC nº 642/2025 <https://www.in.gov.br/>

⁴ Portaria MEC nº 502/2025 <https://www.in.gov.br>

Dante disso, este plano de projeto propõe a inserção da Cidadania Fiscal no currículo escolar em quatro possibilidades de abordagens:

1. **Componente Curricular. Ensino fundamental e médio.** No contraturno escolar ou na grade curricular regular, seguindo a Matriz Curricular da Educação Fiscal e observando a Portaria MEC nº 642/2025 que institui o “Programa Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade” e a Portaria MEC 502/2025 que institui o “Programa na Ponta do Lápis”;
2. **Projeto Integrador. Ensino fundamental.** Aplicado em séries estratégicas do Ensino Fundamental I e II, conforme previsto pela Resolução CNE/CEB nº 7/2010 e Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e, seguindo a Matriz Curricular da Educação Fiscal proposta pela RFB e observando a Portaria MEC nº 642/2025 que institui o “Programa Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade” e a Portaria MEC 502/2025 que institui o “Programa na Ponta do Lápis”;
3. **Itinerário formativo. Ensino Médio.** Adaptando conteúdos e metodologias à realidade dos jovens, de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 2/2025, com integração da extensão universitária (Resolução CNE/CES nº 7/2018 e art. 35 e 43 da LDB 9.394/1996); seguindo a Matriz Curricular da Educação Fiscal proposta pela RFB, bem como observando a Portaria MEC nº 642/2025 que institui o “Programa Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade” e a Portaria MEC 502/2025 que institui o “Programa na Ponta do Lápis”; e,
4. **De forma transversal e interdisciplinar. Ensino fundamental e médio.** Vinculando as habilidades de Educação Fiscal aos diferentes componentes curriculares do ensino fundamental e do ensino médio, seguindo a Matriz Curricular da Educação Fiscal proposta pela RFB, bem como observando a Portaria MEC nº 642/2025 que institui o “Programa Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade” e a Portaria MEC 502/2025 que institui o “Programa na Ponta do Lápis”.

Nessas quatro possibilidades apresentadas (componente curricular, projeto, itinerário formativo e transversalidade):

1. **MATERIAIS DIDÁTICOS E MATRIZ CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FISCAL.** Os materiais didáticos da Receita Federal podem ser alinhados às competências da Matriz Curricular da Cidadania Fiscal. Essa orientação está na apostila “**CIDADANIA FISCAL NA EDUCAÇÃO. ENSINO BÁSICO. Conteúdo: tópicos e temas para apoio didático-pedagógico em sala de aula, contendo abordagens e formas de organização, modelos e roteiros de aula e, materiais de apoio didático**”⁵;
2. **DIRETRIZ CURRICULAR DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO E PROJETO POLÍTICO PEDADÓGICO DAS ESCOLAS.** A diversidade de abordagens permite que cada rede de ensino adapte a inclusão da Educação Fiscal conforme sua estrutura curricular, recursos disponíveis, perfis e a realidade dos estudantes garantindo maior efetividade e sustentabilidade formativa;
3. **RESOLUÇÃO OU LEI OU DECRETO.** Seja(m) qual(is) for(em) o(s) formato(s) escolhido(s) à abordagem da educação fiscal nos sistemas e rede de ensino, a formalização da Educação Fiscal no currículo escolar requer **ato normativo específico** no âmbito das redes estaduais ou municipais, assegurando segurança jurídica, institucionalidade e continuidade da política pública.

Inserir a Cidadania Fiscal no currículo escolar é investir na formação de cidadãos conscientes, capazes de transformar a realidade por meio do conhecimento, da ética e da participação ativa na construção de uma sociedade mais justa; é investir em cuidado com o patrimônio escolar e o respeito aos professores, na medida em que os estudantes passam a compreender a relação direta entre os tributos pagos e os investimentos realizados na educação; e ainda, investir em gerações futuras menos vulneráveis às notícias falsas, mais colaborativas às demandas públicas e tendente a assimilar com mais facilidades a sua contribuição individual face as necessidades coletivas.

Objetivo geral

Inserir a educação fiscal no ensino básico público e privado, de modo formal (normativo) e procedural (sala de aula).

⁵ Apostila em <https://www.gov.br>

Objetivos específicos

- Integrar os conteúdos da Educação Fiscal às práticas pedagógicas da educação básica;
- Fortalecer a vinculação da aprendizagem da educação fiscal por meio do componente da língua portuguesa, em especial por meio da habilidade da redação e, do componente da matemática, colaborando no indicador VAAR do Fundeb;
- Estimular o protagonismo estudantil como participante ativo no zelo e valorização dos recursos públicos;
- Desenvolver competências relacionadas à ética, à responsabilidade social e ao controle social;
- Promover a cultura da cidadania fiscal nas escolas brasileiras.

Organização dos Materiais Didáticos e Técnico-Pedagógicos para formação de professores

- Cursos EAD oferecidos pela ENAP no site da Receita Federal;
- Série de vídeos com aulas baseadas no eixo temático base da matriz curricular da Educação Fiscal para formação de professores;
- Série de apresentações e vídeos sobre Conscientização Tributária;
- Matriz de Educação Fiscal;
- Apostila com orientações para a inserção da Cidadania Fiscal no currículo escolar de forma intradisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar;
- Este documento com ligação da educação fiscal à BNCC, modelos aplicáveis, proposta de resolução e de premiações.

Resultados Esperados Gerais

- **Formação cidadã integral e progressiva** dos estudantes em todas as etapas da Educação Básica, consolidando valores de ética, justiça social, solidariedade e responsabilidade pública;
- **Estudantes protagonistas**, com competências para analisar, argumentar e agir em relação a tributos, orçamento público, combate à corrupção, consumo consciente e controle social;
- **Professores capacitados e em rede**, atuando como multiplicadores da Educação Fiscal com apoio da RFB e ENAP e universidades, garantindo sustentabilidade pedagógica e atualização contínua;
- **Integração curricular efetiva**, com a Educação Fiscal articulada como disciplina, projeto, itinerário formativo ou tema transversal, em conformidade com a BNCC;
- **Ampliação nacional da Educação Fiscal**, com consolidação de práticas pedagógicas inovadoras e replicáveis em diferentes redes de ensino;
- **Melhoria dos indicadores de aprendizagem** em Língua Portuguesa e Matemática, refletindo no aumento dos índices de desempenho (IDEB, SAEB) e na participação de estados e municípios nos repasses do FUNDEB (VAAR e VAAT);
- **Impacto social ampliado**, com maior consciência comunitária sobre patrimônio público, transparência, responsabilidade fiscal e engajamento em práticas de cidadania ativa; e,
- **Produção e difusão de boas práticas**, materiais e experiências pedagógicas que fortaleçam a Educação Fiscal como política pública educacional permanente.

Desenvolvimento

1. Temas de aplicação em sala de aula

As abordagens da educação fiscal aqui sugeridas e passíveis de realização prática nos quatro formatos indicados acima (componente curricular, projeto, itinerário formativo e transversalidade), se dão de forma associada à Matriz Curricular da Educação Fiscal apresentada pela RFB com base em 15 (quinze) eixos temáticos. Essas abordagens visam uma formação cidadã que vai além da compreensão técnica sobre tributos e finanças públicas, alcançando uma abordagem ampla, crítica e contextualizada sobre o papel do cidadão na construção de uma sociedade mais justa, ética e solidária.

Esses 15 (quinze) temas componentes da Matriz Curricular da Educação Fiscal proposta pela RFB, foram desenvolvidos e validados na experiência piloto de educação fiscal realizada em escolas do sistema municipal de educação de Campos dos Goytacazes (RJ), sendo referencial pedagógico para escolas de todo o país. Cada tema aborda uma dimensão essencial da cidadania fiscal, promovendo reflexões sobre o uso dos recursos

públicos, a importância da participação social, o combate à corrupção, o consumo consciente e o fortalecimento da democracia. Ao trabalhar esses temas com os estudantes, a escola contribui para o desenvolvimento de competências que os tornam capazes de compreender a origem e a aplicação dos tributos, valorizar o patrimônio público, participar do exercício cidadão do controle social e atuar de forma ética e responsável na sociedade. Listamos a seguir esses 15 temas:

1. Solidariedade – O que nos une em sociedade;
2. Patrimônio Público – Aquilo que é de todos e precisamos conservar;
3. Origem dos Recursos Públicos – De onde vem o dinheiro para manter o que é de todos;
4. Nota Fiscal e Cupom Fiscal – Aliados da sociedade;
5. Tributos e Constituição – O que uma coisa tem a ver com a outra;
6. Estado Democrático de Direito – Vamos entender o que é;
7. Direito à Informação – Acesso e linguagem de fácil compreensão;
8. Orçamento Público – Como o dinheiro de todos é planejado e aplicado;
9. Políticas Públicas – Instrumentos de promoção da cidadania;
10. Controle Social – A participação da sociedade na fiscalização;
11. Impactos da Corrupção – Como a corrupção nos afeta;
12. Consumo Consciente – Produto pirata é fria;
13. Sonegação Fiscal – Como prejudica todo mundo;
14. CPF – Cadastro de Pessoas Físicas – Identidade e cidadania; e,
15. Aduana – O que é e qual a sua importância.

2. Modalidades de inserção dos temas em sala de aula

- a) Como Componente Curricular
- b) Como Projeto Integrador
- c) Como Itinerário Formativo (Ensino Médio)
- d) De Forma Transversal e Interdisciplinar

Considerações Finais

A inserção da Cidadania Fiscal no currículo escolar, em diferentes formatos (disciplina, projeto integrador, itinerário formativo e transversalidade), representa um avanço estratégico para a educação brasileira. O projeto consolida-se como uma política educacional inovadora ao:

- Articular-se às competências da BNCC, fortalecendo a formação integral dos estudantes.
- Estabelecer identidade própria em cada etapa, com projetos inspiradores como “Guardiões do Público”, “Cidadania em Jogo” e “Conecta Fiscal”.
- Por meio do projeto integrador de Cidadania Fiscal promover aprendizagens significativas em Língua Portuguesa e Matemática, e contribuir para a valorização do patrimônio público, o fortalecimento do FUNDEB e a elevação dos indicadores educacionais nacionais.
- Aproximar-se de experiências de sucesso como o PROERD, garantindo metodologia estruturada e impacto comunitário.
- Incentivar a criatividade e o protagonismo estudantil por meio de concursos escolares de redação, desenhos, vídeos, memes e jogos digitais.
- Integrar a escola básica às universidades, por meio da parceria com NAF e projetos de extensão, ampliando horizontes para a vida acadêmica e profissional.
- Constituir um movimento nacional de conscientização cidadã, formando novas gerações comprometidas com a ética, a justiça social e a participação democrática.

Nas páginas a seguir estão detalhadas cada uma dessas modalidades.

2.1 Como Componente Curricular

1. Ensino básico:

- a. **Modalidade:** fundamental e médio
- b. **Tipo escolar**
 - i. **Conforme ente federativo:** municipal ou estadual ou federal ou distrital
 - ii. **Rede:** pública ou privada

2. Formato:

- a. **Ensino integral:** contraturno escolar
- b. **Ensino regular:** como componente

3. Base normativa e orientativa:

- a. **Matriz Curricular** da Educação Fiscal. Proposta pela Receita Federal
- b. Resoluções CNE/CEB nº 7/2010 e Parecer CNE/CEB nº 11/2010 (educação fiscal no ensino fundamental); e Resolução CNE/CEB nº 2/24 (educação fiscal no ensino médio)
- c. **Portaria MEC nº 642/2025.** “Programa Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade”
- d. **Portaria MEC 502/2025.** “Programa na Ponta do Lápis”

4. Componente curricular:

- a. **Nome:** “Educação Fiscal”

b. Carga-horária anual:

- i. **Ensino integral:** XX horas/ano
- ii. **Ensino regular:** XX horas/ano

c. Carga-horária semanal:

- i. **Ensino integral:** XX horas/semanal
- ii. **Ensino regular:** XX horas/semanal

- d. **Objetivo geral:** o componente articula temas de Cidadania Fiscal às competências gerais da BNCC, fortalecendo a formação integral do estudante e promovendo a aprendizagem interdisciplinar.

e. Objetivos Específicos

i. Para os estudantes:

1. Promover a cultura da cidadania fiscal como dimensão essencial da ética, da democracia e da responsabilidade social;
2. Integrar os temas de Educação Fiscal às competências gerais da BNCC, desenvolvendo habilidades de leitura crítica, raciocínio lógico-matemático, consciência histórica e protagonismo cidadão;
3. Fortalecer o protagonismo estudantil, incentivando projetos, debates e produções criativas que aproximem os estudantes da gestão pública, do controle social e do uso responsável dos recursos coletivos.

ii. Para o Projeto Político Pedagógico da Escola:

1. Conectar a Educação Fiscal às políticas públicas educacionais, potencializando o alcance de metas do FUNDEB (VAAR e VAAT) e de programas de melhoria da aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática;
2. Aplicar e contextualizar os materiais didáticos sugeridos pela RFB alinhados à Matriz Curricular da Educação Fiscal, garantindo metodologias inovadoras e adequação às etapas da Educação Básica.

f. Formalização do componente

- a. **Pelo ente federativo** (União, Estado, Município ou DF): pelo legislativo: lei ou decreto definindo diretrizes curriculares

- b. **e/ou, Pelos Conselhos e Secretarias de Educação:** por resolução normativa

- c. **e/ou, Pelos Escolas:** pelo Projeto Político Pedagógico

g. Se necessário, contratação e formação de professores

- i. **Contratação:** conforme política local

ii. Formação:

- 1. **Presencial**

- 2. **Virtual** (por exemplo, por meio de curso e@d ENAP)

3. **Híbrida** (parte presencial e parte virtual)

h. Aulas do componente curricular. Trabalhar os temas de educação fiscal conforme planejamento: carga horária anual, mensal, semanal; série. **Material de apoio:**

- i. **Matriz Curricular** de Educação Fiscal sugerida pela Receita Federal;
- ii. **Materiais didáticos** sugeridos pela Receita conforme anexo da apostila de orientação aos professores. Nesse documento todas as competências trazem os materiais de uso possível (livros, revistas, vídeos, aulas, dinâmicas, jogos, aulas etc.);
- iii. **Metodologias ativas** (Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), gamificação, sala de aula invertida)

5. Resultados Esperados

a. Para os estudantes:

- i. Maior engajamento estudantil em valores de ética, justiça social e cidadania ativa, estimulando práticas de controle social e de participação democrática;
- ii. Ampliação da cultura de responsabilidade pública dentro e fora da escola, com reflexos positivos em comunidades locais.

b. Para o Projeto Político Pedagógico da Escola:

- i. Consolidação da Educação Fiscal como disciplina inovadora e transversal, integrada ao currículo nacional;
- ii. Produção e sistematização de boas práticas pedagógicas, que possam ser replicadas nacionalmente como modelo de inovação curricular;
- iii. Para o Rede estruturada de professores formados, aptos a atuar como multiplicadores em diferentes redes e modalidades de ensino;
- iv. Melhoria dos indicadores de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, com impacto direto na redistribuição de recursos do FUNDEB (VAAT e VAAR).

6. Anexo à proposta de “Componente Curricular”: ementa, ajuste a projeto político pedagógico e plano de aula

a. Ementa

- i. **ENSINO FUNDAMENTAL. EDUCAÇÃO FISCAL. CARGA HORÁRIA TOTAL ANUAL:** XXh. Princípios básicos sobre cidadania plena e solidariedade: o que nos une em sociedade. Aspectos gerais a respeito de patrimônio público: bens coletivos e sua conservação; recursos Públicos (origem, orçamento, aplicação, políticas públicas e controle social). Nota Fiscal e cupom fiscal: funções e vantagens. Noções básicas de tributos, Constituição, Estado Democrático de Direito e direito à Informação. Elementos básicos à ética social e identificação de práticas de corrupção, sonegação. Economia básica à vida cotidiana: desenvolvimento local, sustentabilidade socioambiental, distribuição de renda e consumo consciente; relação conceitual e prática dos tributos na vida cotidiana: identificação da presença dos tributos e de sua aplicação real no ambiente familiar e local (feiras, mercados, renda familiar, benefícios sociais, serviços públicos). Noções de tributos, sustentabilidade e economia popular: visão geral de como a aplicação de tributos, a presença das imunidades e isenções fiscais, podem ajudar a resolver problemas contemporâneos na vida social, na cidade, na agricultura familiar, em atividades de empreendedorismo e artesanato, em projetos aderentes à agenda climática e naqueles que apoiam segmentos da vida social (população indígena, quilombola, negra, mulheres etc.)
- ii. **ENSINO MÉDIO. EDUCAÇÃO FISCAL. CARGA HORÁRIA TOTAL ANUAL:** XXh. Análise dos conceitos de cidadania plena e de solidariedade. Patrimônio Público: bens coletivos e sua conservação. Recursos Públicos: origem, orçamento, aplicação, políticas públicas e controle social. Nota Fiscal e cupom fiscal: funções e vantagens. Tributos e Constituição, Estado Democrático de Direito e direito à Informação. Corrupção e sonegação. Economia na vida cotidiana: desenvolvimento local, sustentabilidade socioambiental, e consumo consciente e distribuição de renda; relação conceitual e prática dos tributos na vida cotidiana: identificação da presença dos tributos e de sua aplicação real no ambiente familiar e local (feiras, mercados, renda familiar, benefícios sociais, serviços

públicos). Tributos, sustentabilidade e economia popular: análise de como a aplicação de tributos, a presença das imunidades e isenções fiscais podem ajudar a resolver problemas contemporâneos na vida social, na cidade, na agricultura familiar, em atividades de empreendedorismo e artesanato, em projetos aderentes à agenda climática e naqueles que apoiam segmentos da vida social (população indígena, quilombola, negra, mulheres etc.)

- b. **Projeto Político Pedagógico.** Inclusão do componente como abordagem convergente ao pleno exercício da cidadania, respeito à vida social, compreensão de direitos e deveres e, articulação com os estudos da matemática e língua portuguesa visando a melhoria de indicadores educacionais.
- c. **Planejamento de aulas (anual, mensal, diário).** Exemplo no quadro a seguir.

Modelo sugestivo de “Planejamento de aulas (anual, mensal, diário)”

Elemento	Descrição
Unidade escolar	ABCD Escolar
Data do plano	Ano 2026
Professor	Maria José Escolar
Etapa de ensino	Fundamental I e/ou II
Turma	Número 1
Dia(s) da aula	Segundas-feiras
Carga horária	xh
Áreas de conhecimento	Linguagens, Matemática, Ciências Humanas
Componente curricular	História, Geografia, Matemática, Língua Portuguesa
Competências Gerais da BNCC	1, Conhecimento; 6, Trabalho e Projeto de Vida; 7, Argumentação; 10, Responsabilidade e Cidadania.
Competências Específicas (Matriz da Educação Fiscal)	(CF01) Compreender o papel dos tributos e sua função social na realização de direitos e na manutenção dos bens e serviços públicos; (CF02) Identificar os direitos e deveres dos cidadãos no contexto fiscal e sua relação com a democracia. E, outros conforme Matriz
Princípios da Cidadania e Educação Fiscal (Matriz da Educação Fiscal)	Solidariedade Fiscal: contribuição para o bem comum; Função Social do Tributo: promoção de justiça social. E outros conforme Matriz
Unidades Temáticas (Matriz da Educação Fiscal)	Anos Iniciais (1º ao 5º ano): Coletividade e Bem Comum; Para que servem os tributos? E outros conforme Matriz. Anos Finais (6º ao 9º ano): Estado, Constituição e Tributos; Políticas Públicas e Orçamento; Corrupção e Controle Social; E outros conforme Matriz
Objetos do Conhecimento (Matriz da Educação Fiscal)	Anos Iniciais: Noções de coletivo, solidariedade, patrimônio público; Função social do tributo, bens e serviços públicos; Papel e responsabilidades do cidadão na sociedade; e outros conforme Matriz. Anos Finais: Organização do Estado na Constituição de 1988, administração e normas tributárias e a justiça tributária dever de pagar tributos; Destinação dos tributos, planejamento e orçamento público; Combate à corrupção, papel da sociedade na fiscalização da receita tributária e nos investimentos respectivos; e, e outros conforme Matriz.
Habilidades (Matriz da Educação Fiscal)	1º Ano – EF01CF01, EF01CF03, EF01CF06; 2º Ano – EF02CF01, EF02CF02, EF02CF03; (...) 9º Ano – EF09CF11, EF09CF05, EF09CF07
Metodologias	Aulas expositivas, visitas a órgãos públicos, realizações de dinâmicas e outras metodologias ativas, inclusive com participação de extensões universitárias
Recursos didáticos	1. Sugeridos pela Receita Federal , conforme competências específicas na Matriz Curricular associadas a materiais didáticos indicados na Apostila “Cidadania Fiscal no Currículo Escolar. Proposta da Cidadania Fiscal da Receita Federal de inserção do tema “Cidadania Fiscal” no currículo escolar conforme BNCC. 2ª edição – 2025” ⁶ ; 2. Propostos pela escola e sistema de educação .
Avaliação	Provas escritas conforme calendário; trabalhos em equipe e com natureza prática materializada (simulações de realidades como compras, orçamento participativo, peças teatrais, jograis, composição musical etc.)
Referências da literatura	<ul style="list-style-type: none"> • Técnico: <ol style="list-style-type: none"> 1. Matriz Curricular de Educação Fiscal⁷; 2. Livros “Guardiões da Liga Cidadã e a Casa do Tesouro” e “Mentes Pensantes Encaram Novos Desafios”⁸ 3. Apostila “Cidadania Fiscal no Currículo Escolar. Proposta da Cidadania Fiscal da Receita Federal de inserção do tema “Cidadania Fiscal” no currículo escolar conforme BNCC. 2ª edição – 2025”⁹; 4. Projeto Político Pedagógico da Escola • Normativo: BNCC¹⁰; Resolução CNE/CEB nº 7/2010¹¹ e Parecer CNE/CEB 11/2010¹²; Portaria MEC nº 502, 7/7/2025, Programa “Na Ponta do Lápis”¹³; Portaria MEC nº 642, de 16/9/2025. Programa “Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade”¹⁴ <p>Bibliográfico: Livros, artigos, revistas e afins, selecionados pelo professor.</p>

⁶ Cartilha “Cidadania Fiscal no Currículo Escolar” <https://www.gov.br/receitafederal/>

⁷ Matriz Curricular em Educação Fiscal. Letramento em Cidadania e Educação Fiscal <https://www.gov.br/receitafederal/>

⁸ Livro em <https://www.gov.br>

⁹ Cartilha “Cidadania Fiscal no Currículo Escolar” <https://www.gov.br/receitafederal/>

¹⁰ BNCC em <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

¹¹ Resolução CNE/CEB nº 7/2010 em <https://portal.mec.gov.br/>

¹² Parecer CNE/CEB nº11/2010 em <https://portal.mec.gov.br/>

¹³ Portaria MEC nº 502/7/72025 em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-502-de-7-de-julho-de-2025-640774533>

¹⁴ Portaria MEC nº 642/2025 <https://www.in.gov.br/>

2.2 Como Projeto Integrador (Ensino Fundamental e Ensino Médio)

Contexto. Execução de projetos anuais no 4º ano do Fundamental I e 9º ano do Fundamental II, conforme Resolução CNE/CEB nº 7/2010 e Parecer CNE/CEB nº 11/2010; e, para o ensino médio, conforme Resolução CNE/CEB nº 4/2024. Em ambos os casos, utilizando os Eixos Temáticos da Cidadania Fiscal.

Conceito de Projeto Integrador. Atividade pedagógica que une habilidades e conhecimentos de diferentes áreas do saber para resolver um problema ou propor uma solução baseada em situação real ou simulada, materializando o resultado em algo prático, realizado em um ou mais produtos a exemplo de protótipo, vídeo, campanha, podcast, exposição, dentre outros. Essa atividade pretende que o estudante compreenda a utilidade do que aprende, identificando como seus conhecimentos podem ser aplicados em algo que tenha sentido, propósito e impacto.

Objeto. O Projeto Integrador de Cidadania Fiscal na Educação

Objetivo geral. Promover a formação cidadã de estudantes por meio da transversalidade curricular e da articulação entre escola, comunidade e órgãos públicos, inspirada em metodologias de impacto que estimulem propósitos humanos, sentido de vida, levando à sala de aula práticas inovadoras que fortalecem valores com justiça fiscal, consciência cidadã e participação social.

Objetivos Específicos

1. Sensibilizar os estudantes sobre o papel dos tributos e do patrimônio público como instrumentos de garantia de direitos e de justiça social;
2. Estimular a aprendizagem lúdica, significativa e interdisciplinar, conectando a Educação Fiscal às diferentes áreas do saber e, em especial, Ciências Humanas, Matemática e Linguagens;
3. Promover a reflexão crítica por meio de situações-problemas relacionadas ao cotidiano dos estudantes, favorecendo a compreensão prática da cidadania;
4. Desenvolver a responsabilidade social e ética dos estudantes, estimulando valores de solidariedade, cooperação e respeito às normas coletivas;
5. Fortalecer o protagonismo estudantil por meio de projetos, debates, simulações e produções criativas, incentivando a participação ativa na vida pública; e,
6. Favorecer a transversalidade curricular, integrando temas da Educação Fiscal às diferentes disciplinas de forma contextualizada.

Desenvolvimento de um projeto integrador. Passo a Passo conforme Projeto Político Pedagógico ou, como sugestão a ele:

1. Definição gerais ao projeto: nome da escola e do(a) professor(a), componente(s), etapa(s) de ensino e turma(s);
2. Objetivo geral do projeto: buscar a transversalidade, conectando os temas de Educação Fiscal às diferentes disciplinas do currículo, por meio da identificação de uma solução ou da entrega de um produto, conforme projeto;
3. Desenho do cronograma prevendo quantidade de aulas e sua distribuição curricular anual, mensal (por exemplo: duas aulas por tema, aplicadas em semanas consecutivas ou conforme a disponibilidade da escola);
4. Metodologias de trabalho (por exemplo: a cada aula preparatória ao assunto do projeto, uma aula com metodologias ativas sobre o tema: atividades práticas como debates, jogos, simulações);
5. Avaliação e reconhecimento. Como culminância do projeto, os estudantes apresentarão os produtos ou soluções e, receberão certificação de participação e de reconhecimento;
6. **Materiais didáticos** em educação fiscal sugeridos pela Receita Federal e adequados ao uso em projetos integradores:
 - a) Livro *Guardiões da Liga Cidadã e a Casa do Tesouro*;
 - b) Livro *Mentes Pensantes Encaram Novos Desafios*;
 - c) Caderno de Testes;
 - d) **Materiais complementares:**
 - i) Planos de aula do Litoral Norte/SP (Infantil ao Médio);
 - ii) Revista Tributos: Uma Aventura no Tempo;
 - iii) Dinâmicas de Conscientização Tributária;

- iv) Jogo de tabuleiro Pago ou Não;
- v) Vídeos da série A Caótica Vida de um Estado sem Impostos; e,
- vi) Série Cidadania Fiscal na Educação.

Exemplos sugestivo. Elementos básicos aos exemplos apresentados a seguir

1. **Introdução e contextualização.** Elaboração de projetos integradores “Cidadania e Educação Fiscal”, com carga horária de em 1h a 2h semanais, com base nos 15 temas propostos pela Receita Federal no modelo de aulas de “Campos dos Goytacazes”, de forma que todos eles sejam aplicados ao longo de um ano letivo (fevereiro a novembro), respeitando o período de férias escolares em julho.
2. **Execução do projeto.**
 - a. **Estrutura Padronizada das Aulas.** Apresentada a situação-problema, cada um dos 15 tema do eixo será desenvolvido em duas aulas consecutivas:
 - i. **Aula 1. Introdução e Contextualização:** apresentação do tema com base em situação-problema, uso de vídeos, leitura de trechos dos materiais didáticos e discussão inicial;
 - ii. **Aula 2. Prática:** atividades com metodologias ativas baseadas na aula 1 (debates, simulações, jogos, produção de cartazes e oficinas etc.).¹⁵
 - b. **Cronograma Anual aplicando os 15 temas**

Mês	Temas a serem abordados
Janeiro	Férias escolares
Fevereiro	1. Solidariedade; 2. Patrimônio Público
Março	3. Origem dos Recursos Públicos; 4. Nota Fiscal e Cupom Fiscal
Abri	5. Tributos e Constituição; 6. Estado Democrático de Direito
Maio	7. Direito à Informação; 8. Orçamento Público
Junho	9. Políticas Públicas; 10. Controle Social
Julho	Férias escolares
Agosto	11. Impactos da Corrupção; 12. Consumo Consciente
Setembro	13. Sonegação Fiscal; 14. CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
Outubro	15. Aduana
Novembro	Revisão geral, atividades integradoras e consolidação do aprendizado
Dezembro	Férias escolares

Considerações Finais. O Projeto Integrador de Cidadania Fiscal estabelece uma proposta pedagógica inovadora e escalável, capaz de ser implantada em diferentes redes de ensino com o apoio da Receita Federal, das Secretarias de Educação e das universidades. Com identidade própria em cada etapa do ensino (nos exemplos acima, ensino fundamental I e II), aliado ao estímulo de concursos escolares (ou outra atividade de grande participação da comunidade escolar ou local) e à inspiração metodológica do PROERD, o programa se consolida como um caminho estratégico para formar cidadãos críticos, participativos e comprometidos com o bem comum.

¹⁵ Outros exemplos de metodologias Ativas: a) aprendizagem baseada em projetos (ABP): Estudantes desenvolvem soluções para problemas reais relacionados à cidadania fiscal; b) Sala de aula invertida: Os alunos acessam vídeos e materiais antes da aula e utilizam o tempo em sala para discussão e aplicação prática; c) Gamificação: Uso de jogos como 'Pago ou Não' para estimular o engajamento e a aprendizagem; d) Aplicação de dinâmicas de conscientização tributária como "A Ilha" e "O Bairro"; e) Roda de conversa e debates: Estímulo ao pensamento crítico e à argumentação sobre temas como corrupção, orçamento público e controle social.

Informações gerais

Local (escola)	Escola Escolar Escola
Professor(a)	José Maria Escolar
Área do conhecimento	Linguagens, Matemática, Ciências Humanas
Componente curricular	História, Geografia, Matemática, Língua Portuguesa
Carga-horária	XXh
Dias de execução do projeto	Segundas-feiras
Etapa(s) do ensino	Ensino Fundamental I – 4º ano
Turma(s)	Número 1

Desenvolvimento do projeto – Base orientativa BNCC e Matriz Curricular¹⁶

Tema	Guardiões do Públíco – Defendendo o que é de todos nós
Competências Gerais da BNCC	1, Conhecimento; 6, Trabalho e Projeto de Vida; 7, Argumentação; 10, Responsabilidade e Cidadania.
Competências Específicas (Matriz Educação Fiscal)	<ul style="list-style-type: none"> • CF01. Compreender o papel dos tributos e sua função social na realização de direitos e na manutenção dos bens e serviços públicos. • CF02. Identificar os direitos e deveres dos cidadãos no contexto fiscal e sua relação com a democracia. • CF03. Reconhecer o patrimônio público como bem coletivo e fomentar o desenvolvimento de atitudes de preservação e respeito. • CF05. Promover o senso de justiça, ética, legalidade e solidariedade no uso dos recursos tributários e dos bens públicos. • CF06. Estimular o protagonismo social por meio de práticas de cidadania ativa, como o uso dos portais de transparência. • CF08. Utilizar linguagem acessível e recursos digitais para comunicar, argumentar e defender ideias relacionadas à cidadania fiscal, combatendo as notícias falsas e analisando criticamente suas narrativas. • CF10. Identificar a conexão entre justiça fiscal e redução das desigualdades sociais, em especial nos recortes de raça, gênero e de povos protegidos como os quilombolas e indígenas.
Unidades Temáticas (Matriz Educação Fiscal)	<ul style="list-style-type: none"> • Coletividade e Bem Comum • Para que servem os tributos? • Direitos e Deveres • Dinheiro público • Cuidar do que é de todos • A nota fiscal e a cidadania
Objetos do Conhecimento (Matriz Educação Fiscal)	<ul style="list-style-type: none"> • Noções de coletivo, solidariedade, patrimônio público • Função social do tributo, bens e serviços públicos • Papel e responsabilidades do cidadão na sociedade • Arrecadação e gastos públicos • Patrimônio, ética e solidariedade • Importância da nota fiscal na justiça fiscal
Recursos didáticos	<ul style="list-style-type: none"> • Sugeridos pela Receita Federal, conforme competências específicas na Matriz Curricular associadas a materiais didáticos indicados na Apostila “Cidadania Fiscal no Currículo Escolar. Proposta da Cidadania Fiscal da Receita Federal de inserção do tema “Cidadania Fiscal” no currículo escolar conforme BNCC. 2ª edição – 2025”¹⁷; • Propostos pela escola e sistema de educação.
Habilidades (Matriz Educação Fiscal)	4º Ano – EF04CF0X. EF04CF01, EF04CF02, EF04CF07

¹⁶ Matriz Curricular em Educação Fiscal. Letramento em Cidadania e Educação Fiscal <https://www.gov.br/receitafederal/>

¹⁷ Cartilha “Cidadania Fiscal no Currículo Escolar” <https://www.gov.br/receitafederal/>

Desenvolvimento - Execução

Apresentação do projeto	Inspirado no livro “Guardiões da Liga Cidadã e a Casa do Tesouro”, o projeto utiliza narrativas lúdicas, personagens e histórias para estimular a compreensão da cidadania fiscal. O estudante é convidado a se ver como guardião do patrimônio público e responsável pela preservação do bem comum.
Justificativa	A educação integral exige trabalhar aspectos da vida social afetados pelas práticas individuais e, seu oposto, os aspectos da vida individual que são afetados pela experiência social. A escola, com microcosmo da diversidade e dos saberes, é um palco ideal a essa tarefa, devendo centrar seu trabalho na formação humanístico-social dos indivíduos, ajudando-os a se preparam ao exercício pleno da cidadania.
Atividades (entregas)	<ul style="list-style-type: none"> • Aulas temáticas com histórias, quadrinhos e jogos educativos. • Criação de murais e projetos de artes audiovisuais sobre cidadania. • Dinâmicas de grupo com desafios de cooperação e solidariedade.
Culminância (entrega comunitária)	Concurso Escolar: com o tema central será “Cidadania e Conscientização Tributária”, sempre que possível, realizar um concurso entre turmas e/ou escolas, valorizando a produção dos estudantes em desenhos, histórias em quadrinhos, redações, maquetes etc. Melhores trabalhos podem ser premiados e apresentados em eventos municipais e estaduais de Educação Fiscal.
Referência Metodológica:	No Fundamental I e II, a estrutura metodológica pode se inspirar no modelo do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) ¹⁸ , em que instrutores externos (por exemplo: parceiros da Receita Federal, professores capacitados e entidades afins) atuam em conjunto com docentes, garantindo identidade, continuidade e credibilidade ao programa.
Resultados positivos observados (avaliação)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação de estudantes e suas respectivas certificações como "Cidadãos Fiscais", reconhecendo seu papel na preservação do patrimônio público e cidadania; 2. Produção de oficinas, jogos, dinâmicas e outros produtos afins, elaborados pelos alunos e replicáveis em outras turmas e redes de ensino; 3. Engajamento dos estudantes em valores éticos, justiça social e responsabilidade coletiva, tornando-os agentes multiplicadores junto às famílias e comunidades; 4. Desenvolvimento de competências (trabalho em equipe, pensamento crítico, criatividade e resolução de problemas), aplicáveis dentro e fora do ambiente escolar; 5. Consolidação da Educação Fiscal como prática pedagógica inovadora e interdisciplinar, fortalecendo sua institucionalização no currículo escolar.
Desafios observados (avaliação)	Listar os desafios identificados na execução do projeto, visando aprimoramento continuado de seu escopo e execução.
Referencial técnico bibliográfico	<p>e</p> <p>Técnico:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Matriz Curricular de Educação Fiscal¹⁹; 2. Livro “Guardiões da Liga Cidadã e a Casa do Tesouro”²⁰ 3. Apostila “Cidadania Fiscal no Currículo Escolar. Proposta da Cidadania Fiscal da Receita Federal de inserção do tema “Cidadania Fiscal” no currículo escolar conforme BNCC. 2ª edição – 2025”²¹; 4. Apostila “Cidadania Fiscal no Currículo Escolar. Conteúdo: tópicos e temas para apoio didáticopedagógico em sala de aula, contendo abordagens e formas de organização, modelos e roteiros de aula e, materiais de apoio didático.2025”²²; 5. Projeto Político Pedagógico da Escola <p>Normativo: BNCC²³; Resolução CNE/CEB nº 7/2010²⁴ e Parecer CNE/CEB 11/2010²⁵; Portaria MEC nº 502, 7/7/2025, Programa “Na Ponta do Lápis”²⁶; Portaria MEC nº 642, de 16/9/2025. Programa “Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade”²⁷</p> <p>Bibliográfico: Livros, artigos, revistas e afins, selecionados pelo professor.</p>

¹⁸ Exemplo: PM DF <https://portal.pm.df.gov.br>

¹⁹ Matriz Curricular em Educação Fiscal. Letramento em Cidadania e Educação Fiscal <https://www.gov.br/receitafederal/>

²⁰ Livro em <https://www.gov.br>

²¹ Cartilha “Cidadania Fiscal no Currículo Escolar” <https://www.gov.br/receitafederal/>

²² Apoio Didático-Pedagógico em Sala de Aula <https://www.gov.br/receitafederal/>

²³ BNCC em <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

²⁴ Resolução CNE/CEB nº 7/2010 em <https://portal.mec.gov.br/>

²⁵ Parecer CNE/CEB nº11/2010 em <https://portal.mec.gov.br/>

²⁶ Portaria MEC nº 502/7/72025 em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-502-de-7-de-julho-de-2025-640774533>

²⁷ Portaria MEC nº 642/2025 <https://www.in.gov.br/>

Informações gerais

Local (escola)	Escola Escolar Escola
Professor(a)	José Maria Escolar
Área do conhecimento	Linguagens, Matemática, Ciências Humanas
Componente curricular	História, Geografia, Matemática, Língua Portuguesa
Carga-horária	XXh
Dias de execução do projeto	Segundas-feiras
Etapa(s) do ensino	Ensino Fundamental II – 9º ano
Turma(s)	Número 1

Desenvolvimento do projeto – Base orientativa BNCC e Matriz Curricular²⁸

Tema	Cidadania em Jogo – Aprender, jogar, transformar	
Competências Gerais da BNCC	1, Conhecimento; 6, Trabalho e Projeto de Vida; 7, Argumentação; 10, Responsabilidade e Cidadania.	
Competências Específicas (Matriz Educação Fiscal)	<p>CF01. Compreender o papel dos tributos e sua função social na realização de direitos e na manutenção dos bens e serviços públicos.</p> <p>CF02. Identificar os direitos e deveres dos cidadãos no contexto fiscal e sua relação com a democracia.</p> <p>CF03. Reconhecer o patrimônio público como bem coletivo e fomentar o desenvolvimento de atitudes de preservação e respeito.</p> <p>CF05. Promover o senso de justiça, ética, legalidade e solidariedade no uso dos recursos tributários e dos bens públicos.</p> <p>E também as CF04, CF08, CF09 e CF10</p>	
Unidades Temáticas (Matriz Educação Fiscal)	<ul style="list-style-type: none"> Estado, Constituição e Tributos Políticas Públicas e Orçamento Corrupção e Controle Social Cultura e tributos Cidadania Digital e Justiça Fiscal Projeto de Vida, sustentabilidade socioambiental, populações vulneráveis e Justiça Fiscal 	
Objetos do Conhecimento (Matriz Educação Fiscal)	<ul style="list-style-type: none"> Organização do Estado na Constituição de 1988, administração e normas tributárias e a justiça tributária dever de pagar tributos Destinação dos tributos, planejamento e orçamento público Combate à corrupção, papel da sociedade na fiscalização da receita tributária e nos investimentos respectivos Incentivos fiscais, acesso à cultura e exercício pleno da cidadania Impacto dos tributos na vida pessoal e coletiva, considerando os desafios ambientais, as populações vulneráveis nos recortes de gênero e raça, com olhar especial sob as populações negra, indígena, quilombola. 	
Recursos didáticos	<ul style="list-style-type: none"> Sugeridos pela Receita Federal, conforme competências específicas na Matriz Curricular associadas a materiais didáticos indicados na Apostila “Cidadania Fiscal no Currículo Escolar. Conteúdo: tópicos e temas para apoio didático-pedagógico em sala de aula, contendo abordagens e formas de organização, modelos e roteiros de aula e, materiais de apoio didático.2025”²⁹; Propostos pela escola e sistema de educação. 	
Habilidades (Matriz Educação Fiscal)	<p>9º Ano: EF09CF11: Avaliar criticamente políticas públicas e ações de governo com base no orçamento e no impacto social; EF09CF05: Elaborar propostas de intervenção social, de aplicação prática, a partir do conhecimento sobre cidadania fiscal; EF09CF08: Argumentar sobre justiça fiscal, combate à pirataria e à corrupção, com base em direitos e deveres, identificando notícias falsas.</p>	

²⁸ Matriz Curricular em Educação Fiscal. Letramento em Cidadania e Educação Fiscal <https://www.gov.br/receitafederal/>²⁹ Apoio Didático-Pedagógico em Sala de Aula <https://www.gov.br/receitafederal/>

Desenvolvimento - Execução	
Apresentação do projeto	Inspirado no livro “Mentes Pensantes Encaram Novos Desafios”, o projeto utiliza gamificação, debates e resolução de problemas para estimular o pensamento crítico e a prática cidadã.
Justificativa	A educação integral exige trabalhar aspectos da vida social afetados pelas práticas individuais e, seu oposto, os aspectos da vida individual que são afetados pela experiência social. A escola, com microcosmo da diversidade e dos saberes, é um palco ideal a essa tarefa, devendo centrar seu trabalho na formação humanístico-social dos indivíduos, ajudando-os a se preparem ao exercício pleno da cidadania.
Atividades (entregas)	<ul style="list-style-type: none"> Oficinas de jogos digitais e analógicos com temática cidadã; Produção de podcasts e vídeos explicativos sobre tributos e bem comum; Simulações e debates sobre orçamento público, corrupção e cidadania ativa.
Culminância (entrega comunitária)	Concurso Escolar: assim como no Fundamental I, será estimulada a realização de um concurso estudantil com o tema central será “Cidadania e Conscientização Tributária”, sempre que possível, entre turmas e/ou escolas, valorizando a produção dos estudantes em produções criativas como desenhos, histórias em quadrinhos, redações, vídeos curtos (TikTok/Reels), memes e jogos digitais simples. Melhores trabalhos podem ser premiados e apresentados em eventos municipais e estaduais de Educação Fiscal.
Referência Metodológica:	No Fundamental I e II, a estrutura metodológica pode se inspirar no modelo do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) ³⁰ , em que instrutores externos (por exemplo: parceiros da Receita Federal, professores capacitados e entidades afins) atuam em conjunto com docentes, garantindo identidade, continuidade e credibilidade ao programa
Resultados positivos observados (avaliação)	<ol style="list-style-type: none"> Formação de estudantes e suas respectivas certificações como "Cidadãos Fiscais", reconhecendo seu papel na preservação do patrimônio público e cidadania; Produção de oficinas, jogos, dinâmicas e outros produtos afins, elaborados pelos alunos e replicáveis em outras turmas e redes de ensino; Engajamento dos estudantes em valores éticos, justiça social e responsabilidade coletiva, tornando-os agentes multiplicadores junto às famílias e comunidades Desenvolvimento de competências (trabalho em equipe, pensamento crítico, criatividade e resolução de problemas), aplicáveis dentro e fora do ambiente escolar; Consolidação da Educação Fiscal como prática pedagógica inovadora e interdisciplinar, fortalecendo sua institucionalização no currículo escolar.
Desafios observados (avaliação)	Listar os desafios identificados na execução do projeto, visando aprimoramento continuado de seu escopo e execução.
Referencial técnico e bibliográfico	<p>Técnico:</p> <ol style="list-style-type: none"> Matriz Curricular de Educação Fiscal³¹; Livro “Guardiões da Liga Cidadã e a Casa do Tesouro”³² Apostila “Cidadania Fiscal no Currículo Escolar. Proposta da Cidadania Fiscal da Receita Federal de inserção do tema “Cidadania Fiscal” no currículo escolar conforme BNCC. 2ª edição/2025”³³; Apostila “Cidadania Fiscal no Currículo Escolar. Conteúdo: tópicos e temas para apoio didáticopedagógico em sala de aula, contendo abordagens e formas de organização, modelos e roteiros de aula e, materiais de apoio didático.2025”³⁴; Projeto Político Pedagógico da Escola <p>Normativo: BNCC³⁵; Resolução CNE/CEB nº 7/2010³⁶ e Parecer CNE/CEB 11/2010³⁷; Portaria MEC nº 502, 7/7/2025, Programa “Na Ponta do Lápis”³⁸; Portaria MEC nº 642, de 16/9/2025. Programa “Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade”³⁹</p> <p>Bibliográfico: Livros, artigos, revistas e afins, selecionados pelo professor.</p>

³⁰ Exemplo: PM DF <https://portal.pm.df.gov.br>

³¹ Matriz Curricular em Educação Fiscal. Letramento em Cidadania e Educação Fiscal <https://www.gov.br/receitafederal/>

³² Livro em <https://www.gov.br>

³³ Cartilha “Cidadania Fiscal no Currículo Escolar” <https://www.gov.br/receitafederal/>

³⁴ Apoio Didático-Pedagógico em Sala de Aula <https://www.gov.br/receitafederal/>

³⁵ BNCC em <https://base nacional comum.mec.gov.br/>

³⁶ Resolução CNE/CEB nº 7/2010 em <https://portal.mec.gov.br/>

³⁷ Parecer CNE/CEB nº11/2010 em <https://portal.mec.gov.br/>

³⁸ Portaria MEC nº 502/7/72025 em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-502-de-7-de-julho-de-2025-640774533>

³⁹ Portaria MEC nº 642/2025 <https://www.in.gov.br/>

2.3 Como Itinerário Formativo (Ensino Médio)

Contexto de abordagem por itinerário formativo. A inclusão da Educação Fiscal nos itinerários formativos do Ensino Médio representa uma estratégia inovadora para integrar a cidadania fiscal à formação dos jovens. A proposta dialoga especialmente com as áreas de **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e, da Matemática**, em consonância com a **Resolução CNE/CEB nº 2/2024** (diretrizes do ensino médio, onde está a educação fiscal) e com **Competências Gerais da BNCC**, como cultura digital, argumentação, responsabilidade e cidadania. A iniciativa articula-se ao **Projeto de Vida** dos estudantes, ampliando suas perspectivas **educacionais, profissionais e sociais**. Também pode contar com o apoio da extensão universitária, conforme previsto **Resolução CNE/CES nº 7/2018 e nos art. 35 e 43 da LDB 9.394/1996** que definem a extensão como forma de promover a difusão de conquistas culturais, científicas e tecnológicas em benefício da sociedade. Para a construção dos itinerários é possível se utilizar da Matriz Curricular da Educação Fiscal proposta pela RFB, bem como observar a **Portaria MEC nº 642/2025** que institui o “Programa Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade” e da **Portaria MEC 502/2025** que institui o “Programa na Ponta do Lápis”.

Conceito de Itinerário Formativo. Um itinerário formativo é um componente curricular obrigatório e que reúne em si um conjunto de disciplinas, projetos e atividades em que o estudante aprofunda conhecimentos em áreas específicas. Cada escola de ensino médio deve oferecer dois ou mais itinerários e os estudantes devem optar por no mínimo um. Entre os itinerários, a escola pode também ofertar um ou mais deles em formação técnica e profissional, alinhando o aprendizado aos interesses e projeto de vida dos estudantes. Seja qual for o itinerário, ele deve conter temas da área diversificado, onde se inclui a cidadania e a educação fiscal.

Conteúdo do Itinerário

Modalidade do ensino básico: médio

Tipo escolar

1. **Conforme ente federativo:** municipal ou estadual ou federal ou distrital
2. **Rede:** pública ou privada

Formato:

1. **Ensino integral:** contraturno escolar
2. **Ensino regular:** como componente

Base normativa e orientativa:

1. **BNCC**
2. **LDB 9.394/1996**
3. **Resolução CNE/CES nº 7/2018** (extensão universitária em consonância aos artigos 35 e 43 da LDB)
4. **Resoluções CNE/CEB nº 2/2024** (educação fiscal no ensino médio)
5. **Portaria MEC 502/2025.** Programa na Ponta do Lápis
6. **Portaria MEC nº 642/2025.** Programa Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade
7. **Matriz Curricular da Educação Fiscal.** Proposta pela Receita Federal

Itinerário formativo. Componente curricular:

1. **Ementas dos Itinerários. Exemplos:**
 - a. Itinerário 1 em matemática e suas tecnologias (com o seu Projeto de Vida)
 - b. Itinerário 2 em linguagens (com o seu Projeto de Vida)
 - c. Itinerário 3 em ciências humanas (com o seu Projeto de Vida)
 - d. Itinerário 4 em educação profissional (com o seu Projeto de Vida)
 - e. Projeto de Vida
2. **Carga-horária anual:**
 - a. **Ensino integral:** XX horas/ano para cada Itinerário / Projeto de Vida
 - b. **Ensino regular:** XX horas/ano para cada Itinerário / Projeto de Vida
3. **Carga-horária semanal:**
 - a. **Ensino integral:** XX horas/semanal para cada Itinerário / Projeto de Vida
 - b. **Ensino regular:** XX horas/semanal para cada Itinerário / Projeto de Vida
4. **Educação Fiscal.** Parte diversificado inserida no itinerário e/ou Projeto de Vida
 - a. **Objetivo geral:** o componente aprofunda saberes da(s) área de conhecimento ou de formação técnica, e/ou necessários ao Projeto de Vida, articulado de forma transversal temas de Cidadania e de educação fiscal e da articulação entre escola, comunidade e órgãos públicos, inspirada em

metodologias de impacto que estimulem propósitos humanos e identificação de sentido de vida, levando à sala de aula práticas inovadoras que fortalecem valores com justiça fiscal, consciência cidadã e participação social, tudo isso em conformidade com as **competências gerais da BNCC**, fortalecendo a formação integral do estudante e promovendo a aprendizagem interdisciplinar.

b. Objetivos Específicos

i. Para os estudantes:

1. Desenvolver a compreensão crítica do papel do Estado, dos tributos e das políticas públicas na vida social;
2. Integrar a Educação Fiscal aos projetos de Ciências Humanas e de Matemática, linguagens, projeto de vida e formação profissional, explorando temas como orçamento público, estatísticas fiscais, justiça tributária e combate à corrupção;
3. Contribuir para a melhoria de indicadores de desempenho educacional (IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica), vinculando a aprendizagem em Língua Portuguesa e em Matemática, articulada à abordagens de valorização dos recursos públicos, do exercício da cidadania, da promoção da justiça fiscal e do bem-estar coletivo;
4. Estimular o protagonismo estudantil por meio de projetos interdisciplinares, oficinas e práticas que colaborem com o controle social;
5. Favorecer a articulação escola–universidade–sociedade, ampliando a participação em projetos de extensão e em parcerias com Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) e com Instituições de Ensino Superior (IES);
6. Contribuir para o Projeto de Vida dos estudantes, fortalecendo competências ligadas à ética, cidadania, responsabilidade social e com aspectos do mundo do trabalho.

ii. Para o Projeto Político Pedagógico da Escola:

1. Conectar a Educação Fiscal às políticas públicas educacionais, potencializando o alcance de metas do FUNDEB (VAAR e VAAT) e de programas de melhoria da aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática;
2. Aplicar e contextualizar os materiais didáticos sugeridos pela RFB alinhados à Matriz Curricular da Educação Fiscal, garantindo metodologias inovadoras e adequação às etapas da Educação Básica.

c. Resultados esperados

i. Para os estudantes

1. Estudantes capazes de analisar criticamente tributos, orçamento público e políticas sociais, relacionando-os ao seu cotidiano;
2. Formação de jovens autônomos e ampliação da consciência social, ética e democrática, fortalecendo o engajamento dos estudantes na vida pública e em ações de cidadania e controle social;
3. A formação pode aproximar, com ações articuladas à extensão universitária, os estudantes da vida universitária e do mundo do trabalho, despertando vocações e incentivando a continuidade dos estudos.

ii. Para a escola ou rede ou sistema de educação

1. Integração efetiva entre escola, universidade e comunidade, fortalecendo a função social da educação;
2. Consolidação da Educação Fiscal como itinerário formativo inovador, alinhado à BNCC e às diretrizes do Novo Ensino Médio;
3. Produção de práticas pedagógicas inovadoras replicáveis em redes estaduais e municipais;
4. Impacto positivo nos indicadores de desempenho escolar (IDEB e SAEB) e na participação de estados e municípios nos repasses do FUNDEB (VAAT e VAAR);

- O contato com o NAF (Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal) cria pontes entre a escola básica e o ensino superior, transformando o conhecimento em prática comunitária.

Desenvolvimento de um projeto integrador. Passo a Passo conforme Projeto Político Pedagógico ou, como sugestão a ele:

- Formalização do Itinerário formativo**
 - Pelo ente federativo** (União, Estado, Município ou DF): Pelo legislativo: lei ou decreto definindo diretrizes curriculares
 - e/ou, Pelos Conselhos e Secretarias de Educação:** Por resolução normativa
 - e/ou, Pelos Escolas:** Pelo Projeto Político Pedagógico
- Se necessário, contratação e formação de professores**
 - Contratação:** conforme política local
 - Formação:**
 - Presencial**
 - Virtual** (por exemplo, por meio de curso e@d ENAP)
 - Híbrida** (parte presencial e parte virtual)
- Definição gerais em cada escola ou sistema de educação:**
 - Escola.** Nome da escola e dos(as) professores(as), componentes, etapa(s) de ensino e turma(s), carga(s) horária(s) nos três anos do ensino médio
 - Sistema ou rede de educação.** Nome da rede ou do sistema, componentes, etapa(s) de ensino e turma(s), carga(s) horária(s) nos três anos do ensino médio.
- Objetivo geral do projeto:** buscar a transversalidade, conectando os temas de Educação Fiscal às diferentes disciplinas do itinerário e/ou do Projeto de Vida;
- Desenho do cronograma** prevendo quantidade de aulas e sua distribuição curricular anual, mensal (por exemplo: duas aulas por tema, aplicadas em semanas consecutivas ou conforme a disponibilidade da escola);
- Desenvolvimento**
 - Atividades integradas** (ex.: orçamento participativo escolar, simulados de controle social, estudos de caso sobre corrupção e desigualdade fiscal).
 - Parcerias com Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) e com Instituições de Ensino Superior (IES) para oficinas, monitoria acadêmica e projetos de extensão.⁴⁰
 - Integração das atividades ao Projeto de Vida dos estudantes, assegurando que a Educação Fiscal contribua para escolhas acadêmicas e profissionais conscientes.
- Metodologias de abordagem** (por exemplo: a cada aula preparatória ao assunto do projeto, uma aula com metodologias ativas sobre o tema: atividades práticas como debates, jogos, simulações);

⁴⁰ **Estratégias de Parceria com NAF e IES.** Para fortalecer a execução do projeto e apoiar as redes estaduais e municipais, recomenda-se a busca ativa de parcerias com: a) **NAF (Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal)** – grupos de extensão universitária que podem apoiar na formação de professores, realização de oficinas e atividades práticas sobre cidadania fiscal. É possível identificar os NAF existentes em sua jurisdição pelo link: [consulta NAF por municípios](https://emec.mec.gov.br/emece/nova); b) **IES (Instituições de Ensino Superior)** – universidades, faculdades e institutos superiores podem contribuir com projetos de extensão, pesquisas e monitoria acadêmica para apoiar a inserção da Educação Fiscal. A consulta das IES credenciadas em cada estado e município pode ser feita <https://emece.mec.gov.br/emece/nova>. Sugestões de projetos de extensão a serem propostos às IES e NAF:

- Oficinas de cidadania fiscal para estudantes da Educação Básica e comunidade;
- Projetos de monitoria acadêmica em escolas públicas sobre orçamento público, consumo consciente e controle social;
- Apoio técnico a feiras de cidadania fiscal, simulados de orçamento participativo e jogos educativos;
- Produção de materiais pedagógicos interdisciplinares em parceria com professores da rede básica;
- Programas de formação inicial e continuada de docentes em Educação Fiscal;
- Orientações fiscais que afetam aspectos contábeis nas escolas públicas para Caixa Escolar, servidores e funcionários;
- Pesquisas aplicadas sobre impacto da Educação Fiscal em indicadores como IDEB, SAEB e FUNDEB (VAAT/VAAR);
- Oficinas de orientação fiscal e cidadania tributária em parceria com acadêmicos;
- Projetos de extensão escolar com foco na comunidade (ações sociais, oficinas abertas, campanhas educativas);
- Elaboração de projetos de pesquisa aplicada sobre orçamento, justiça fiscal e políticas públicas;
- Projetos para redução de invisibilidade social com a emissão de documentos civis (CPF e título de eleitor) que favorece a inclusão social, acesos a serviços públicos e exercício da cidadania;
- Projeto para inspiração à vida universitária com palestras e informações sobre ENEM, Sisu, Prouni, FIES, assistência estudantil e permanência Pé de Meia (ensino médio e para licenciaturas); etc.

Para orientar essa atuação, pode ser indicada às IES e aos NAF a utilização da **Apostila “Cidadania Fiscal na Extensão Universitária”**, disponível no Portal da Receita Federal: [Cidadania Fiscal na Extensão Universitária – Receita Federal](https://www.receita.fazenda.gov.br/portal/cidadania-fiscal-na-extensao-universitaria-receita-federal)

- **Avaliação** por meio de produtos educacionais (portfólios, feiras de cidadania, projetos comunitários, artigos, podcasts).
- **Materiais didáticos** em educação fiscal sugeridos pela Receita Federal e adequados ao uso em projetos integradores: *Dinâmicas de Conscientização Tributária*, *Jogo Pago ou Não*, *Revista Tributos: Uma Aventura no Tempo*, *Série A Caótica Vida de um Estado sem Impostos*, *Série de apresentações Cidadania Fiscal na Educação*, Planos de aula do Litoral Norte/SP
- **Modelo de inserção a itinerário formativo do ensino médio, conforme tabela a seguir:**

Modelo de Itinerário Formativo em Linguagens e suas Tecnologias. 2º ano ensino médio	
Informações gerais	
Local (escola)	Escola Escolar Escola
Professor(a)	José Maria Escolar
Área do conhecimento	Linguagens
Componente curricular	Língua Portuguesa
Parte diversificada	Educação Fiscal, Cidadania, xxxxxxx
Carga-horária	XXh
Dias de execução do projeto	Segundas-feiras
Etapa(s) do ensino	Ensino Médio – 2º ano
Turma(s)	Número 1

Ementa	
<p>Letramento e leituras da realidade e dos mundos. As línguas e linguagens como produto social e histórico, artístico e cultural no estado e no município. A língua, sua influência e seu impacto na vida social e na produção de conteúdos linguísticos em redes sociais, nas políticas públicas, na educação fiscal, no exercício da cidadania plena e da democracia. Literatura como elemento social e de cidadania. A função da literatura: social, cidadã, ética e aproximação cultural. Métodos e técnicas de leitura e análise de textos literários. Os gêneros literários. O gênero lírico: poesia, literatura, território e sociedade. A prosa: conto, ficção, romance, literatura de cordel. Narrativas e mediação de sentidos. Elementos componentes dos textos literários.</p>	

Desenvolvimento do projeto – Base orientativa BNCC e Matrizes Curriculares ⁴¹		
Elemento	Componente “Língua Portuguesa”	Parte diversificada “Cidadania e Educação Fiscal”
Competências Gerais da BNCC	Conforme definido pela escola / sistema / rede de educação.	1, Conhecimento; 6, Trabalho e Projeto de Vida; 7, Argumentação; 10, Responsabilidade e Cidadania.
Competências Específicas (Matriz Educação Fiscal)	Conforme definido pela escola / sistema / rede de educação.	CF2 – Analisar criticamente a arrecadação, a aplicação dos tributos, reconhecendo o papel do cidadão na construção de uma sociedade mais justa e menos desigual. (...) CF3, CF4, CF5, CF6 e CF7 (Matriz Educação Fiscal)
Unidades Temáticas e Objetos do Conhecimento (Matriz Educação Fiscal)	Conforme definido pela escola / sistema / rede de educação.	Cidadania Digital e Tecnologias. Uso de ferramentas digitais para controle social; cidadania em rede e o combate às notícias falsas e analisando criticamente suas narrativas; (...) Projeto de Vida, sustentabilidade socioambiental, populações vulneráveis, Justiça Fiscal e Ética Pública. Intervenções sociais, protagonismo juvenil e valores republicanos na perspectiva da cidadania fiscal tendo com enfoque os investimentos públicos em sustentabilidade socioambiental e em políticas públicas que promovam a emancipação socioeconômica das populações mais vulneráveis nos recortes de etnia, raça e gênero. E outras conforme Matriz Educação Fiscal

⁴¹ Matriz Curricular em Educação Fiscal. Letramento em Cidadania e Educação Fiscal <https://www.gov.br/receitafederal/>

Desenvolvimento do projeto – Referenciais Técnicos, Normativos, Bibliográficos e Didáticos

Referencial técnico e bibliográfico	Conforme definido pela escola / sistema / rede de educação.	<p>Técnico:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Matriz Curricular de Educação Fiscal⁴²; 2. Apostila “Cidadania Fiscal no Currículo Escolar. Proposta da Cidadania Fiscal da Receita Federal de inserção do tema “Cidadania Fiscal” no currículo escolar conforme BNCC. 2^a edição – 2025”⁴³; 3. Apostila “Cidadania Fiscal no Currículo Escolar. Conteúdo: tópicos e temas para apoio didáticopedagógico em sala de aula, contendo abordagens e formas de organização, modelos e roteiros de aula e, materiais de apoio didático.2025”⁴⁴; 4. Projeto Político Pedagógico da Escola <p>Normativo: BNCC⁴⁵; Resolução CNE/CEB nº 7/2010⁴⁶ e Parecer CNE/CEB 11/2010⁴⁷; Portaria MEC nº 502, 7/7/2025, Programa “Na Ponta do Lápis”⁴⁸; Portaria MEC nº 642, de 16/9/2025. Programa “Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade”⁴⁹</p> <p>Bibliográfico: Livros, artigos, revistas e afins, selecionados pelo professor.</p>
Material didático	Conforme definido pela escola / sistema / rede de educação	<p>De acordo com as competências a serem trabalhadas e conforme sugestões do anexo à apostila Cidadania Fiscal no Currículo Escolar. Proposta da Cidadania Fiscal da Receita Federal de inserção do tema “Cidadania Fiscal” no currículo escolar conforme BNCC. 2^a edição – 2025”⁵⁰.</p> <p>CF2. Materiais didáticos possíveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Modelo de aulas possíveis – parte 1 e 2: (Planos de aula – projeto piloto Prefeitura de Campos de Goytacazes). Temas: a) "Solidariedade, o que nos une em sociedade"; e, b) "Patrimônio Público: aquilo que é de todos e precisamos conversar". Caderno de questões de Cidadania Fiscal. Conforme temas. Testes 3. Avaliações complementares aos 15 temas/ aulas. 2. Leitura-base: Livro Mentes Pensantes Encaram Novos Desafios. Temas: a) "Solidariedade, o que nos une em sociedade"; e, b) "Patrimônio Público é um bem comum e precisamos conservar". Caderno de questões de Cidadania Fiscal. Conforme temas. Testes 5. Avaliações complementares a cada capítulo do livro. 3. Educação Fiscal no currículo escolar - da Educação Infantil ao Ensino Médio: (Planos de aula – material do Litoral Norte de SP). Temas: a) Bem Público: "Você está no paraíso?" (Subsidiar o aluno para que ele se perceba como cidadão contribuinte na utilização e manutenção do bem público; discutir e retomar questões de direitos e deveres do cidadão, bens públicos); (págs.33-35); b) Consumo: "Consumo Responsável: Compre essa ideia" (conscientizar que consumo responsável otimiza serviço público); (págs.45-47); c) Turismo: "Turismo e meio ambiente no litoral norte" (reconhecer a importância da ética nos diversos ramos de atividades turísticas, avaliar o impacto ambiental). (págs.91-93) 4. Dinâmicas de Conscientização Tributária: "O Bairro" (Ética) e "A Ilha (Justiça Fiscal, Ética)" 5. Jogo de tabuleiro: "Pago ou Não": (Ética, Justiça Fiscal).(...) CF3, CF4, CF5, CF6 e CF7 (Matriz Educação Fiscal)

⁴² Matriz Curricular em Educação Fiscal. Letramento em Cidadania e Educação Fiscal <https://www.gov.br/receitafederal/>

⁴³ Cartilha “Cidadania Fiscal no Currículo Escolar” <https://www.gov.br/receitafederal/>

⁴⁴ Apoio Didático-Pedagógico em Sala de Aula <https://www.gov.br/receitafederal/>

⁴⁵ BNCC em <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

⁴⁶ Resolução CNE/CEB nº 7/2010 em <https://portal.mec.gov.br/>

⁴⁷ Parecer CNE/CEB nº11/2010 em <https://portal.mec.gov.br/>

⁴⁸ Portaria MEC nº 502/7/72025 em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-502-de-7-de-julho-de-2025-640774533>

⁴⁹ Portaria MEC nº 642/2025 <https://www.in.gov.br/>

⁵⁰ Cartilha “Cidadania Fiscal no Currículo Escolar” <https://www.gov.br/receitafederal/>

Elemento Executivo	Desenvolvimento – Execução conforme Matrizes Curriculares ⁵¹					
	Componente “Língua Portuguesa”	Parte diversificada “Cidadania e Educação Fiscal”				
Módulos do Itinerário (Matriz Educação Fiscal)	Conforme definido pela escola / sistema / rede de educação.	Módulo 1 – Cidadania e Tributos Módulo 2 – Orçamento e Políticas Módulo 3 – Ética e Controle Social Módulo 4 – Protagonismo Juvenil				
Conteúdos-chave (Matriz Educação Fiscal)	Conforme definido pela escola / sistema / rede de educação.	Módulo 1. Sistema tributário, função social dos tributos, solidariedade, bem comum Módulo 2. Orçamento público, políticas públicas, papel do Estado Módulo 3. Corrupção, sonegação, nota fiscal, controle social Módulo 4. Projetos de intervenção, uso de portais públicos, cidadania digital				
Produção Final (Matriz Educação Fiscal)	Conforme definido pela escola / sistema / rede de educação.	Módulo 1. Podcast ou vídeo educativo Módulo 2. Análise crítica de políticas locais Módulo 3. Campanha de conscientização Módulo 4. Projeto de extensão ou atividade extracurricular local				
Referência Metodológica:	Conforme definido pela escola / sistema / rede de educação.	Uso de projetos integradores; parcerias com extensão universitária; abordagens das temáticas com identidade nos componentes curriculares integradas à área de conhecimento ao longo do ano letivo, em temas transversais e/ou temas emergentes no contexto local.				
Resultados positivos observados (avaliação)	Conforme definido pela escola / sistema / rede de educação.	<ul style="list-style-type: none"> Estudantes capazes de analisar criticamente tributos, orçamento público e políticas sociais, relacionando-os ao seu cotidiano; Formação de jovens autônomos e ampliação da consciência social, ética e democrática, fortalecendo o engajamento dos estudantes na vida pública e em ações de cidadania e controle social; Integração efetiva entre escola, universidade e comunidade, fortalecendo a função social da educação; Impacto positivo nos indicadores de desempenho escolar (IDEB e SAEB) e na participação de estados e municípios nos repasses do FUNDEB (VAAT e VAAR). 				
Desafios observados (avaliação)	Conforme definido pela escola / sistema / rede de educação.	Listar os desafios identificados na execução do projeto, visando aprimoramento continuado de seu escopo e execução.				
Recursos necessários à realização, resultados aos	Conforme definido pela escola / sistema / rede de educação.	Módulo 1. Podcast ou vídeo educativo	Módulo 2. Análise crítica de políticas locais	Módulo 3. Campanha de conscientização	Módulo 4. Projeto de extensão ou atividade extracurricular local	Internet, recursos audiovisuais e multimídia, material para produção cênica; espaço para gravação e reunião, notebook.

⁵¹ Matriz Curricular em Educação Fiscal. Letramento em Cidadania e Educação Fiscal <https://www.gov.br/receitafederal/>

2.4 De Forma Transversal e Interdisciplinar (Ensino Fundamental e Médio)

Contexto. A Educação Fiscal pode ser inserida de forma transversal e interdisciplinar, integrando-se aos componentes curriculares existentes no currículo da Educação Básica. Essa abordagem permite que os **princípios, competências, áreas de conhecimento e habilidades da Matriz Curricular da Educação Fiscal** sejam trabalhadas dentro das diferentes áreas da BNCC, favorecendo a interdisciplinaridade e a contextualização dos conteúdos.

Conceito de Transversalidade e Interdisciplinaridade.

- Transversalidade.** A transversalidade curricular se refere a uma abordagem pedagógica que trabalha temas atuais e de interesse da sociedade trazidos à escola (cidadania, ética, sustentabilidade ambiental, racismo etc.) e que não são um componente curricular em si como é o caso da matemática, da língua portuguesa, da geografia dentre outros, integrando-os a todos esses componentes. A transversalidade visa trazer a realidade que afeta a vida dos estudantes em questões sociais importantes, sem a necessidade de se criar um componente único para esse tratamento e, trabalhando o assunto entre os componentes, promovendo uma visão mais completa e integrada do conhecimento que se deseja abordar, fortalecendo a importância de cada componente curricular ao mostrar o valor de cada área para a compreensão da realidade e, cooperando na formação de cidadão crítico, consciente e preparado para os desafios do mundo.
- Interdisciplinaridade.** A interdisciplinaridade curricular diz respeito a uma forma de atuação, uma estratégia pedagógica que promove a integração, o diálogo e a cooperação entre dois ou mais componentes curriculares ou áreas do conhecimento (por exemplo: uma abordagem unindo matemática e língua portuguesa ou, unindo matemática, história e geografia). Essa metodologia visa superar a compartmentalização ou a fragmentação tradicional do saber, oportunizando uma compreensão mais completa de um objeto de estudo ou de um tema do mundo real. A Interdisciplinaridade permite analisar um tema (por exemplo: cidadania, ética, tributos, meio ambiente etc.) sob diferentes perspectivas e com isso leva os estudantes a uma maior coesão entre os diferentes saberes, a uma compreensão melhor sobre o sentido de cada componente curricular e, por fim, facilita a aplicação dos conhecimentos aprendidos a situações da vida real.

Objeto. Tratamento transversal e interdisciplinar da Cidadania Fiscal na Educação

Objetivo geral. Promover a formação cidadã de estudantes por meio da transversalidade e interdisciplinaridade curricular, aplicando metodologias que facilitem essa aplicabilidade e sejam capazes de estimular a criação de propósitos humanos e de sentidos de vida, levando à sala de aula práticas inovadoras que fortalecem valores com justiça fiscal, consciência cidadã e participação social.

Objetivos Específicos

- Para os estudantes
 - Promover a cultura da cidadania fiscal como eixo transversal, articulando valores éticos, democráticos e solidários em todas as áreas de conhecimento;
 - Relacionar competências da Educação Fiscal com as competências gerais da BNCC, favorecendo aprendizagens críticas, contextualizadas e integradoras;
 - Incentivar a reflexão crítica sobre tributos, patrimônio público e controle social a partir de conteúdos disciplinares já previstos no currículo;
 - Estimular a participação cidadã dos estudantes por meio da análise de situações-problema ligadas ao cotidiano, à comunidade e às políticas públicas;
 - Desenvolver habilidades cognitivas, socioemocionais e éticas, fortalecendo o protagonismo estudantil e a prática de valores de responsabilidade social;
 - Consolidar a interdisciplinaridade como estratégia pedagógica, articulando a Educação Fiscal com projetos, debates, pesquisas e produções interdisciplinares;
 - Contribuir para a melhoria de indicadores de desempenho educacional (IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica), vinculando a aprendizagem em Língua Portuguesa e em Matemática, articulada à abordagens de valorização dos recursos públicos, do exercício da cidadania, da promoção da justiça fiscal e do bem-estar coletivo;

- h) Favorecer a articulação escola–universidade–sociedade, ampliando a participação em projetos de extensão e em parcerias com Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) e com Instituições de Ensino Superior (IES);

2. Para o Projeto Político Pedagógico da Escola:

- a) Conectar a Educação Fiscal às políticas públicas educacionais, potencializando o alcance de metas do FUNDEB (VAAR e VAAT) e de programas de melhoria da aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática;
- b) Aplicar e contextualizar os materiais didáticos sugeridos pela RFB alinhados à Matriz Curricular da Educação Fiscal, garantindo metodologias inovadoras e adequação às etapas da Educação Básica.

Desenvolvimento de uma abordagem intra e transdisciplinar na educação básica. Passo a Passo conforme Projeto Político Pedagógico ou, como sugestão a ele:

1) Formalização da abordagem intra e transdisciplinar

- a) **Pelo ente federativo** (União, Estado, Município ou DF): pelo legislativo: lei ou decreto definindo diretrizes curriculares
- b) **e/ou, Pelos Conselhos e Secretarias de Educação:** Por resolução normativa
- c) **e/ou, Pelos Escolas:** Pelo Projeto Político Pedagógico

2) Modalidade do ensino básico: fundamental e médio

3) Tipo escolar

- a) **Conforme ente federativo:** municipal ou estadual ou federal ou distrital
- b) **Rede:** pública ou privada
- c) **Formato:** ensino integral, ensino regular

4) Base normativa e orientativa

- a) **BNCC**
- b) **LDB 9.394/1996**
- c) **Resolução CNE/CES nº 7/2018** (extensão universitária em consonância aos artigos 35 e 43 da LDB)
- d) **Resoluções CNE/CEB nº 2/2024** (educação fiscal no ensino médio)
- e) **Portaria MEC 502/2025.** Programa na Ponta do Lápis
- f) **Portaria MEC nº 642/2025.** Programa Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade
- g) **Matriz Curricular da Educação Fiscal.** Proposta pela Receita Federal

5) Se necessário, contratação e formação de professores

- a) **Contratação:** conforme política local
- b) **Formação:**
 - i) **Presencial**
 - ii) **Virtual** (por exemplo, por meio de curso e@d ENAP)
 - iii) **Híbrida** (parte presencial e parte virtual)

2) Definição gerais em cada escola ou sistema de educação:

- a) **Escola.** Nome da escola e dos(as) professores(as), componentes, etapa(s) de ensino e turma(s), carga(s) horária(s);
- b) **Sistema ou rede de educação.** Nome da rede ou do sistema, componentes, etapa(s) de ensino e turma(s), carga(s) horária(s).

3) Objetivo geral: buscar a intra e a transversalidade, conectando os temas de Educação Fiscal aos diferentes componentes curriculares, por meio de um tratamento articulado e que envolva toda as áreas do saber;

4) Cronograma prevendo quantidade de aulas e sua distribuição curricular anual, mensal (por exemplo: duas aulas por tema, aplicadas em semanas consecutivas ou conforme a disponibilidade da escola);

5) Metodologias possíveis

- a) Estudos de caso, situações-problemas, dinâmicas, jogos;
- b) Parcerias com Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) e com Instituições de Ensino Superior (IES) para oficinas, monitoria acadêmica e projetos de extensão.⁵²

⁵² **Estratégias de Parceria com NAF e IES.** Para fortalecer a execução do projeto e apoiar as redes estaduais e municipais, recomenda-se a busca ativa de parcerias com: a) **NAF (Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal)** – grupos de extensão universitária que podem apoiar na formação de professores, realização de oficinas e atividades práticas sobre cidadania fiscal. É possível identificar os NAF existentes em sua jurisdição pelo link: [consulta NAF por municípios](https://consultanaf.mec.gov.br/); b) **IES (Instituições de Ensino Superior)** – universidades, faculdades e institutos superiores podem contribuir com projetos de extensão, pesquisas e monitoria acadêmica para apoiar a inserção da Educação Fiscal. A consulta das IES credenciadas em cada estado e município pode ser feita <https://emecc.mec.gov.br/emecc/nova>. Sugestões de projetos de extensão a serem propostos às IES e NAF:

c) Integração das atividades ao Projeto de Vida dos estudantes, assegurando que a Educação Fiscal contribua para escolhas profissionais e de vida conscientes.

6) **Avaliação** com as participações dos estudantes nas atividades, apresentações de produtos ou soluções dentre outros.

7) **Materiais didáticos** em educação fiscal sugeridos pela Receita e adequados a projetos integradores, bem como materiais afins produzidos por outros órgãos, entidades etc.

8) Resultados Esperados da Inserção Transversal

- Integração curricular efetiva, com Educação Fiscal presente em todas as áreas do conhecimento.
- Estudantes mais críticos e conscientes sobre justiça fiscal, combate à corrupção, responsabilidade cidadã e controle social.
- Integração efetiva da Educação Fiscal às disciplinas da BNCC, garantindo sua abordagem contínua e sistemática no currículo.
- Estudantes protagonistas na análise de problemas sociais reais (corrupção, orçamento, consumo, desigualdades).
- Aprimoramento de aprendizagens em Português e Matemática, contribuindo para índices de desempenho escolar (IDEB, SAEB, VAAR/VAAT – FUNDEB).
- Ampliação da consciência social, fortalecendo a ética, a cooperação e o controle democrático dos recursos públicos.

9) A avaliação dos estudantes e do projeto com base nos seguintes critérios:

- Participação nas atividades propostas.
- Produção de textos, cartazes, vídeos ou outras formas de expressão.
- Autoavaliação e avaliação por pares.
- Aplicação prática dos conceitos de cidadania fiscal no cotidiano escolar.
- Envolvimento em ações de controle social e valorização do patrimônio público.
- Uso do Caderno de Questões de Cidadania Fiscal — Receita Federal

10) **Modelo de inserção da cidadania e educação fiscal de forma inter e transdisciplinar, conforme tabela a seguir:**

- Oficinas de cidadania fiscal para estudantes da Educação Básica e comunidade;
- Projetos de monitoria acadêmica em escolas públicas sobre orçamento público, consumo consciente e controle social;
- Apoio técnico a feiras de cidadania fiscal, simulados de orçamento participativo e jogos educativos;
- Produção de materiais pedagógicos interdisciplinares em parceria com professores da rede básica;
- Programas de formação inicial e continuada de docentes em Educação Fiscal;
- Orientações fiscais que afetam aspectos contábeis nas escolas públicas para Caixa Escolar, servidores e funcionários;
- Pesquisas aplicadas sobre impacto da Educação Fiscal em indicadores como IDEB, SAEB e FUNDEB (VAAT/VAAR);
- Oficinas de orientação fiscal e cidadania tributária em parceria com acadêmicos;
- Projetos de extensão escolar com foco na comunidade (ações sociais, oficinas abertas, campanhas educativas);
- Elaboração de projetos de pesquisa aplicada sobre orçamento, justiça fiscal e políticas públicas;
- Projetos para redução de invisibilidade social com a emissão de documentos civis (CPF e título de eleitor) que favorece a inclusão social, acessos a serviços públicos e exercício da cidadania;
- Projeto para inspiração à vida universitária com palestras e informações sobre ENEM, Sisu, Prouni, FIES, assistência estudantil e permanência Pé de Meia (ensino médio e para licenciaturas); etc.

Para orientar essa atuação, pode ser indicada às IES e aos NAF a utilização da **Apostila “Cidadania Fiscal na Extensão Universitária”**, disponível no Portal da Receita Federal: [Cidadania Fiscal na Extensão Universitária – Receita Federal](#)

Exemplos de Integração por área do Conhecimento à Matriz de Educação Fiscal

9º ano do ensino fundamental

Componentes curriculares - BNCC e Matriz de Educação Fiscal

Áreas de Conhecimento	Temas possíveis (exemplos)	Competências gerais da BNCC	Habilidades Matriz Ed Fiscal	Objetivos de conhecimento em Ed Fiscal
Ciências Humanas (Geografia, História)	Geografia: desigualdades sociais, ocupação humana, políticas públicas e cidadania; História: criação e evolução da moeda, dos Tributos, dos Estados, da representatividade popular nas decisões dos Estados e no orçamento público; função social dos tributos, no exercício da cidadania plena.	1. Conhecimento 6. Trabalho e Projeto de Vida 10. Responsabilidade e Cidadania	EF09CF11: Avaliar criticamente políticas públicas e ações de governo com base no orçamento e no impacto social. EF09CF05: Elaborar propostas de intervenção social, de aplicação prática, a partir do conhecimento sobre cidadania fiscal.	Anos Finais: <ul style="list-style-type: none">• Organização do Estado na Constituição de 1988, administração e normas tributárias e a justiça tributária dever de pagar tributos• Destinação dos tributos, planejamento e orçamento público• Combate à corrupção, papel da sociedade na fiscalização da receita tributária e nos investimentos respectivos• Incentivos fiscais, acesso à cultura e exercício pleno da cidadania• Função da Receita Federal no comércio internacional• Acesso aos portais de transparência e o uso de linguagem clara no fomento à cultura digital no âmbito na justiça fiscal• Impacto dos tributos na vida pessoal e coletiva, considerando os desafios ambientais, as populações vulneráveis nos recortes de gênero e raça, com olhar especial sob as populações negra, indígena, quilombola dentre outras.
Matemática	Orçamento familiar e cálculo de tributos (aritmética, razão, proporção, juros, porcentagem, gráficos etc.); orçamento público: arrecadação, aplicação, perda com corrupção e com a sonegação e, seus impactos nas políticas e investimentos públicos.	1. Conhecimento 2. Pensamento Científico, Crítico e Criativo 6. Trabalho e Projeto de Vida 10. Responsabilidade e Cidadania		
Linguagens (Língua Portuguesa e Artes)	Língua portuguesa. Leitura, interpretação e construção de textos sobre cidadania; artigos de opinião e de comunicação em redes sociais sobre justiça fiscal; reconhecimento de textos falsos que afetem a vida cidadã e análises das intencionalidades textuais dos discursos. Artes. Expressões culturais abordando o exercício da cidadania; a justiça social e fiscal, as desigualdades sociais; a arte nas redes sociais e nas manifestações culturais como instrumento de conscientização e transformação social.	1. Conhecimento 2. Pensamento Científico, Crítico e Criativo 3. Repertório Cultural, 4. Comunicação 5. Cultura digital, 6. Trabalho e Projeto de Vida 7. Argumentação 10. Responsabilidade e Cidadania	EF09CF07: Argumentar sobre o papel do Estado na vida social e sobre justiça fiscal, combate à pirataria e à corrupção, com base em direitos e deveres, identificando notícias falsas.	
Ciências da Natureza (Ciências)	Meio ambiente, consumo, sustentabilidade ambiental e investimento fiscal; investimentos de tributos em políticas públicas de uso, reuso e preservação da vida nas águas, terra, ar; impactos da vida humana, das desigualdades sociais e da justiça fiscal, na vida da Terra.	1. Conhecimento 2. Pensamento Científico, Crítico e Criativo 6. Trabalho e Projeto de Vida 7. Argumentação 10. Responsabilidade e Cidadania		

Exemplo prático de aplicação – 9º ano do ensino fundamental

Componentes curriculares - BNCC e Matriz de Educação Fiscal – Atividades INTRA, INTER e TRANSDISCIPLINARES

Temas possíveis (exemplos)	Reconhecimento de textos falsos que afetem a vida cidadã e análises das intencionalidades textuais dos discursos.
Habilidade na BNCC	(EF09LP01) Analisar o fenômeno da disseminação de notícias falsas nas redes sociais e desenvolver estratégias para reconhecê-las, a partir da verificação / avaliação do veículo, fonte, data e local da publicação, autoria, URL, da análise da formatação, da comparação de diferentes fontes, da consulta a sites de curadoria que atestam a fidedignidade do relato dos fatos e denunciam boatos etc.
Habilidade de Educação Fiscal (Matriz)	EF09CF08: Argumentar sobre o papel do Estado na vida social e sobre justiça fiscal, combate à pirataria e à corrupção, com base em direitos e deveres, identificando notícias falsas.
Competência de Educação Fiscal (Matriz)	CF08 ⁵³ . Utilizar linguagem acessível e recursos digitais para comunicar, argumentar e defender ideias relacionadas à cidadania fiscal, combatendo as notícias falsas e analisando criticamente suas narrativas.
Competência X Materiais didáticos de Educação Fiscal sugeridos pela Receita Federal⁵⁴	
1. Modelo de aulas possíveis – parte 2: (Planos de aula – projeto piloto Prefeitura de Campos de Goytacazes).	Tema: "Direito à informação e de fácil compreensão". Caderno de questões de Cidadania Fiscal. Conforme temas. Testes 3. Avaliações complementares aos 15 temas/ aulas.
2. Leituras-base: a) Fundamental I. Livro Os Guardiões da Liga Cidadã e a Casa do Tesouro: "Como ser um cidadão participativo", "Orçamento Público e o direito à informação de fácil compreensão". - Caderno de questões de Cidadania Fiscal. Conforme temas. Testes 4. Avaliações complementares a cada capítulo do livro.	
b) Fundamental II. Livro Mentes Pensantes Encaram Novos Desafios: "Como ser um cidadão participativo", "Orçamento Público e o direito à informação de fácil compreensão". Caderno de questões de Cidadania Fiscal. Conforme temas. Testes 5. Avaliações complementares a cada capítulo do livro.	
3. Educação Fiscal no currículo escolar - da Educação Infantil ao Ensino Médio. (Planos de aula – material do Litoral Norte de SP). Tema: "Ética": "Imposto x Qualidade de Vida", perceber que os recursos públicos, captados por meio de impostos, devem ser utilizados para a melhoria da qualidade de vida do cidadão. (págs.69-70).	
4. Vídeos – Cidadania Fiscal na Educação (Formação de Professores e apresentações em arquivo PDF). "Mitos ou Verdades" (Se todo mundo fala é verdade, O que afeta a carga tributária? Tributos x Leis, colocar o CPF na Nota Fiscal é bom ou ruim, Empresas pagam muito ou pagam pouco impostos, A reforma tributária aumenta ou diminui os impostos sobre consumo, O que é feito com as mercadorias apreendidas). Caderno de questões de Cidadania Fiscal. Conforme temas: Testes 2. bloco 5. Avaliações sugeridas para as aulas	
5. Dinâmicas e Jogo	

Atividades possíveis (exemplos)

INTRA	INTER	TRANS
1. Produzir texto de opinião sobre os riscos das redes sociais quando utilizada para notícias falsas	1. Incluir nos textos de opinião aspectos históricos e geográficos , discutindo o período antes das redes sociais e os impactos da disseminação das notícias falsas nesse período	Aplicação das dinâmicas e jogos de conscientização tributária , discutido os temas em todas as áreas e aspectos do saber, dentro de uma metodologia ativa onde os estudantes encontram, por si mesmos, respostas e fazem as vinculações aos conteúdos de sala de aula. Nessas metodologias enfatizar o perigo das notícias falsas.
2. Produzir textos argumentativos sobre ética, cidadania e justiça fiscal	2. Considerar nas argumentações a evolução dos conceitos no tempo e seus impactos nas artes, na história e na geografia humana	
3. Identificar notícias falsas sobre tributos e analisar as intenções dos conteúdos	3. Nas análises das intenções dos conteúdos considerar seus impactos na forma como a história é construída, na geografia humana e seus impactos socioambientais e nas manifestações das artes .	

⁵³ Apoio Didático-Pedagógico em Sala de Aula, página 20 <https://www.gov.br/receitafederal/>⁵⁴ Apoio Didático-Pedagógico em Sala de Aula, página 20 <https://www.gov.br/receitafederal/>

Exemplo prático de aplicação – 9º ano do ensino fundamental Componentes curriculares - BNCC e Matriz de Educação Fiscal – Atividades INTRA, INTER e TRANSDISCIPLINARES		
Componente curricular: Matemática		
Temas possíveis (exemplos)	Orçamento familiar e cálculo de tributos (aritmética, razão, proporção, juros, porcentagem, gráficos etc.); orçamento público: arrecadação, aplicação, perda com corrupção e com a sonegação e, seus impactos nas políticas e investimentos públicos.	
Habilidade na BNCC	EF09MA21. Analisar e identificar, em gráficos divulgados pela mídia, os elementos que podem induzir, às vezes propositadamente, erros de leitura, como escalas inapropriadas, legendas não explicitadas corretamente, omissão de informações importantes (fontes e datas), entre outros.	
Habilidade de Educação Fiscal (Matriz)	EF09CF08. Argumentar sobre o papel do Estado na vida social e sobre justiça fiscal, combate à pirataria e à corrupção, com base em direitos e deveres, identificando notícias falsas.	
Competência de Educação Fiscal (Matriz)	CF08⁵⁵. Utilizar linguagem acessível e recursos digitais para comunicar, argumentar e defender ideias relacionadas à cidadania fiscal, combatendo as notícias falsas e analisando criticamente suas narrativas.	
Competência X Materiais didáticos de Educação Fiscal sugeridos pela Receita Federal⁵⁶		
<p>1. Modelo de aulas possíveis – parte 2: (Planos de aula – projeto piloto Prefeitura de Campos de Goytacazes). Tema: "Direito à informação e de fácil compreensão". Caderno de questões de Cidadania Fiscal. Conforme temas. Testes 3. Avaliações complementares aos 15 temas/ aulas.</p> <p>2. Leituras-base: a) Fundamental I. Livro Os Guardiões da Liga Cidadã e a Casa do Tesouro: "Como ser um cidadão participativo", "Orçamento Público e o direito à informação de fácil compreensão". - Caderno de questões de Cidadania Fiscal. Conforme temas. Testes 4. Avaliações complementares a cada capítulo do livro. b) Fundamental II. Livro Mentes Pensantes Encaram Novos Desafios: "Como ser um cidadão participativo", "Orçamento Público e o direito à informação de fácil compreensão". Caderno de questões de Cidadania Fiscal. Conforme temas. Testes 5. Avaliações complementares a cada capítulo do livro.</p> <p>3. Educação Fiscal no currículo escolar - da Educação Infantil ao Ensino Médio. (Planos de aula – material do Litoral Norte de SP). Tema: "Ética": "Imposto x Qualidade de Vida", perceber que os recursos públicos, captados por meio de impostos, devem ser utilizados para a melhoria da qualidade de vida do cidadão. (págs.69-70).</p> <p>4. Vídeos – Cidadania Fiscal na Educação (Formação de Professores e apresentações em arquivo PDF). "Mitos ou Verdades" (Se todo mundo fala é verdade, O que afeta a carga tributária? Tributos x Leis, colocar o CPF na Nota Fiscal é bom ou ruim, Empresas pagam muito ou pagam pouco impostos, A reforma tributária aumenta ou diminui os impostos sobre consumo, O que é feito com as mercadorias apreendidas). Caderno de questões de Cidadania</p> <p>5. Dinâmicas e Jogo</p>		
Atividades possíveis (exemplos)		
INTRA	INTER	TRANS
Pesquisar publicação na imprensa, avaliando possível notícia falsa, noticiando a presença de tributos na cesta básica e calcular porcentagem, razão e proporção sobre o valor do salário-mínimo vigente.	Traduzir os dados matemático da pesquisa sugerida para abordagem INTRA, em um texto de opinião (Língua Portuguesa) sobre os riscos das redes sociais ao se veicular dados e notícias falsas sobre tributos na cesta básica (consumo), discutindo os interesses possíveis às veiculações falsas.	Aplicação das dinâmicas e jogos de conscientização tributária , discutido os temas em todas as áreas e aspectos do saber, dentro de uma metodologia ativa onde os estudantes encontram, por si mesmos, respostas e fazem as vinculações aos conteúdos de sala de aula. Nessas metodologias enfatizar o perigo das notícias falsas.
	Comparar o comprometido percentual da cesta básica em 5 estados da federação diferentes (Geografia) avaliando o grau de comprometimento da renda com alimentos e respectivos tributos do consumo, nesses estados.	

⁵⁵ Apoio Didático-Pedagógico em Sala de Aula, página 20 <https://www.gov.br/receitafederal/>

⁵⁶ Apoio Didático-Pedagógico em Sala de Aula, página 20 <https://www.gov.br/receitafederal/>

Exemplo prático de aplicação – 9º ano do ensino fundamental
Componentes curriculares - BNCC e Matriz de Educação Fiscal – Atividades INTRA, INTER e TRANSDISCIPLINARES

Temas possíveis (exemplos)	Discussão sobre o papel do Estado ao longo da história e sobre o papel dos movimentos sociais por justiça social.		
Habilidade na BNCC	EF09HI27. Relacionar aspectos das mudanças econômicas, culturais e sociais ocorridas no Brasil a partir da década de 1990 ao papel do País no cenário internacional na era da globalização.		
Habilidade de Educação Fiscal (Matriz)	EF09CF08: Argumentar sobre o papel do Estado na vida social e sobre justiça fiscal, combate à pirataria e à corrupção, com base em direitos e deveres, identificando notícias falsas.		
Competência de Educação Fiscal (Matriz)	CF08 ⁵⁷ . Utilizar linguagem acessível e recursos digitais para comunicar, argumentar e defender ideias relacionadas à cidadania fiscal, combatendo as notícias falsas e analisando criticamente suas narrativas.		
Competência X Materiais didáticos de Educação Fiscal sugeridos pela Receita Federal⁵⁸			
1. Modelo de aulas possíveis – parte 2: (Planos de aula – projeto piloto Prefeitura de Campos de Goytacazes). Tema: "Direito à informação e de fácil compreensão". Caderno de questões de Cidadania Fiscal. Conforme temas. Testes 3. Avaliações complementares aos 15 temas/ aulas.			
2. Leituras-base: a) Fundamental I. Livro Os Guardiões da Liga Cidadã e a Casa do Tesouro: "Como ser um cidadão participativo", "Orçamento Público e o direito à informação de fácil compreensão". - Caderno de questões de Cidadania Fiscal. Conforme temas. Testes 4. Avaliações complementares a cada capítulo do livro. b) Fundamental II. Livro Mentes Pensantes Encaram Novos Desafios: "Como ser um cidadão participativo", "Orçamento Público e o direito à informação de fácil compreensão". Caderno de questões de Cidadania Fiscal. Conforme temas. Testes 5. Avaliações complementares a cada capítulo do livro.			
3. Educação Fiscal no currículo escolar - da Educação Infantil ao Ensino Médio. (Planos de aula – material do Litoral Norte de SP). Tema: "Ética": "Imposto x Qualidade de Vida", perceber que os recursos públicos, captados por meio de impostos, devem ser utilizados para a melhoria da qualidade de vida do cidadão. (págs.69-70).			
4. Vídeos – Cidadania Fiscal na Educação (Formação de Professores e apresentações em arquivo PDF). "Mitos ou Verdades" (Se todo mundo fala é verdade, O que afeta a carga tributária? Tributos x Leis, colocar o CPF na Nota Fiscal é bom ou ruim, Empresas pagam muito ou pagam pouco impostos, A reforma tributária aumenta ou diminui os impostos sobre consumo, O que é feito com as mercadorias apreendidas). Caderno de questões de Cidadania			
5. Dinâmicas e Jogo			
Atividades possíveis (exemplos)			
INTRA	INTER	TRANS	
Pesquisar a percepção da justiça fiscal e dos investimentos em políticas públicas após Constituição de 1988, trazendo exemplos em jornais e revistas, a partir dos anos de 1990, abordando notícias falsas sobre justiça fiscal e investimentos em políticas públicas, pontuado o erro dessas notícias.	Pesquisar a percepção da justiça fiscal e dos investimentos em políticas públicas após Constituição de 1988, trazendo exemplos em jornais e revistas, a partir dos anos de 1990, abordando notícias falsas sobre justiça fiscal e investimentos em políticas públicas, pontuado o erro dessas notícias e, com isso, elaborar um texto de opinião (Língua Portuguesa) e fazer uma pesquisa de campo (com análise dos dados em forma gráfica e percentual) na escola ou no bairro para verificar o grau de conhecimento da população a respeito do vínculo entre justiça fiscal e investimento em políticas públicas (Matemática e Geografia)	Aplicação das dinâmicas e jogos de conscientização tributária , discutido os temas em todas as áreas e aspectos do saber, dentro de uma metodologia ativa onde os estudantes encontram, por si mesmos, respostas e fazem as vinculações aos conteúdos de sala de aula. Nessas metodologias enfatizar a evolução dos processos decisórios (nas dinâmicas e no Jogo) conforme há a ampliação da compreensão a respeito da justiça fiscal e função socioeconômica dos tributos, bem como o perigo das notícias falsas.	

⁵⁷ Apoio Didático-Pedagógico em Sala de Aula, página 20 <https://www.gov.br/receitafederal/>

⁵⁸ Apoio Didático-Pedagógico em Sala de Aula, página 20 <https://www.gov.br/receitafederal/>

Exemplo prático de aplicação – 9º ano do ensino fundamental
Componentes curriculares - BNCC e Matriz de Educação Fiscal – Atividades INTRA, INTER e TRANSDISCIPLINARES

Temas possíveis (exemplos)	Debate sobre desigualdades fiscais e regionais, pirataria e informalidade econômica.
Habilidade na BNCC	EF09GE02. Analisar a atuação das corporações internacionais e das organizações econômicas mundiais na vida da população em relação ao consumo, à cultura e à mobilidade. EF09GE11. Relacionar as mudanças técnicas e científicas decorrentes do processo de industrialização com as transformações no trabalho em diferentes regiões do mundo e suas consequências no Brasil.
Habilidade de Educação Fiscal (Matriz)	EF09CF08. Argumentar sobre o papel do Estado na vida social e sobre justiça fiscal, combate à pirataria e à corrupção, com base em direitos e deveres, identificando notícias falsas.
Competência de Educação Fiscal (Matriz)	CF08 ⁵⁹ . Utilizar linguagem acessível e recursos digitais para comunicar, argumentar e defender ideias relacionadas à cidadania fiscal, combatendo as notícias falsas e analisando criticamente suas narrativas.

Competência X Materiais didáticos de Educação Fiscal sugeridos pela Receita Federal⁶⁰

- Modelo de aulas possíveis – parte 2:** (Planos de aula – projeto piloto Prefeitura de Campos de Goytacazes). Tema: "Direito à informação e de fácil compreensão". **Caderno de questões de Cidadania Fiscal.** Conforme temas. Testes 3. Avaliações complementares aos 15 temas/ aulas;
- Leituras-base: a) Fundamental I.** Livro Os Guardiões da Liga Cidadã e a Casa do Tesouro: "Como ser um cidadão participativo", "Orçamento Público e o direito à informação de fácil compreensão". - Caderno de questões de Cidadania Fiscal. Conforme temas. Testes 4. Avaliações complementares a cada capítulo do livro.
b) Fundamental II. Livro Mentes Pensantes Encaram Novos Desafios: "Como ser um cidadão participativo", "Orçamento Público e o direito à informação de fácil compreensão". **Caderno de questões de Cidadania Fiscal.** Conforme temas. Testes 5. Avaliações complementares a cada capítulo do livro;
- Educação Fiscal no currículo escolar** - da Educação Infantil ao Ensino Médio. (Planos de aula – material do Litoral Norte de SP). Tema: "Ética": "Imposto x Qualidade de Vida", perceber que os recursos públicos, captados por meio de impostos, devem ser utilizados para a melhoria da qualidade de vida do cidadão. (págs.69-70);
- Vídeos – Cidadania Fiscal na Educação (Formação de Professores e apresentações em arquivo DDF).** "Mitos ou Verdades" (Se todo mundo fala é verdade, O que afeta a carga tributária? Tributos x Leis, colocar o CPF na Nota Fiscal é bom ou ruim, Empresas pagam muito ou pagam pouco impostos, A reforma tributária aumenta ou diminui os impostos sobre consumo, O que é feito com as mercadorias apreendidas). **Caderno de questões de Cidadania;**
- Dinâmicas e Jogo**

Atividades possíveis (exemplos)

INTRA	INTER	TRANS
Apresentar vídeo ou texto sobre as mudanças tecnológicas na indústria, a concentração das atividades econômicas no mundo globalizado, avaliando seus impactos no mundo do trabalho, discutindo as ligações desse processo à informalidade econômica. Nesse contexto discutir os impactos possíveis dessas mudanças na arrecadação de tributos, nos investimentos em políticas públicas, nas proteções de segurança social dos trabalhadores do mercado informal e avaliando as implicações das notícias falsas nesse contexto.	Com base na abordagem descrita no quadro ao lado, elaborar um texto opinativo (Língua Portuguesa) e fazer entrevistas em pesquisa de campo (com análise dos dados em forma gráfica e percentual) na escola ou no bairro para verificar a participação do trabalho informal e do trabalho autônomo formalizado (Microempreendedor Individual – MEI), analisando os vínculos dessas formas de trabalho com a justiça fiscal e os investimento em políticas públicas (Matemática e Geografia)	Aplicação das dinâmicas e jogos de conscientização tributária , discutido os temas em todas as áreas e aspectos do saber, dentro de uma metodologia ativa onde os estudantes encontram, por si mesmos, respostas e fazem as vinculações aos conteúdos de sala de aula. Nessas metodologias enfatizar a evolução dos processos decisórios (nas dinâmicas e no Jogo) com mais ou menos trabalho informal e a ampliação da compreensão da justiça fiscal, da função socioeconômica dos tributos e dos perigos das notícias falsas.

⁵⁹ Apoio Didático-Pedagógico em Sala de Aula, página 20 <https://www.gov.br/receitafederal/>

⁶⁰ Apoio Didático-Pedagógico em Sala de Aula, página 20 <https://www.gov.br/receitafederal/>

Exemplo prático de aplicação – ENSINO MÉDIO
Componentes curriculares - BNCC e Matriz de Educação Fiscal
Atividades INTRA, INTER e TRANSDISCIPLINARES
Projeto de Vida

Temas possíveis (exemplos)	Debates sobre combate à corrupção e pirataria como atitudes éticas e de responsabilidade social.
Habilidade na BNCC	Entrelaçam-se todas as habilidades, em todas as áreas de conhecimento trabalhadas nos componentes curriculares.
Habilidades e Competências de Educação Fiscal (Matriz)	Incorporam-se todas as habilidades da Matriz de Educação Fiscal sugerida pela Receita Federal aos trabalhos curriculares de forma intra, inter e transdisciplinar,
Atividades possíveis (exemplos)	Entrevistas, rodas de conversas, leituras dialogadas etc, conduzindo os estudantes a questionamentos, a exemplo de: 1. Quais impactos positivos a escolha profissional pode ter na vida coletiva? 2. Onde entram os tributos na escolha profissional? 3. É justo que haja tributos incidentes sobre a renda do trabalho e sobre a atividade profissional que se escolha executar?

12. Como formalizar? Minuta normativa

A formalização normativa da abordagem da Cidadania e Educação Fiscal é importante por diversos aspectos, dentre outros:

1. **Tratamento do tema de forma priorizada nos sistemas de educação e nas salas de aula:** nas decisões das políticas pedagógicas, a prioridade das ações e dos programas educativos, considerando-se os recursos e investimentos necessários, recaem sobre os temas exigidos pela Base Nacional Comum Curricular e pelas normas que a complementam;
2. **Economicidade dos investimentos e aglutinação de atores sociais qualificados e potencialmente cooperados**, que podem colaborar com capacitações, materiais didáticos, oportunidades de vivências em ambientes de interesse e articulações de parcerias. **São exemplos desses atores:** a Receita Federal; as secretarias de fazenda nos estados, municípios e no Distrito Federal; os tribunais de contas; os ministérios públicos; as universidades e institutos de tecnologias; as entidades do Sistema S; etc.;
3. **Perenidade das ações e projetos tratados como política de Estado**, fazendo-os efetivos ao longo do tempo, independetemente das mudanças políticas e administrativas, reforçando com o isso o compromisso da educação com a cidadania plena exigida pela Constituição de 1988;
4. **Segurança normativa aos sistemas de educação e aos projetos político pedagógicos nas entidades de ensino**, ao ter nas normas a fundamentação jurídica às ações e a convergência dos recursos à sua efetividade;
5. **Igualdade na oferta da abordagem em todas as entidades – públicas e privadas – pertencente ao sistema de educação**, garantido que todos os estudantes passem por esse processo formativo que, uma vez realizado, atenderá de forma direta ao disposto no artigo 205 da Carta de 1988 que determina que a educação leve ao preparo dos indivíduos para o exercício da cidadania, ou seja, ao preparo de indivíduos capazes de conhecer seus direitos e seus deveres na vida social e, possam ter elementos que os habilitem a atuar de forma crítica e participativa na sociedade.

Essa formalização normativa deve observar as competências constitucionais e as limitações normativas de cada ente federativo. Diante disso, os estados, os municípios e o Distrito Federal, observadas as diretrizes normativas nacionais e por meio de seus respectivos conselhos e secretarias de educação, podem dispor sobre a cidadania e a educação fiscal em forma de **RESOLUÇÃO**, dado que esse tema está na esfera das aprendizagens da parte diversificada dos currículos.

No sentido de colaborar com os sistemas de educação, trazemos a seguir um **modelo sugestivo de RESOLUÇÃO** que pode servir como ideia para que cada ente federativo possa se inspirar e construir seu documento formalizador, conforme suas especificidades e projetos educacionais.

GOVERNO DE **(estado ou município)**
SECRETARIA DE **(estado ou município)** DA EDUCAÇÃO
CONSELHO **(estado ou município)** DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO NORMATIVA N.º XXX, DE xx DE xxxxxxxxx DE 20XX

Dispõe sobre a inserção da Educação Fiscal no currículo da educação básica do sistema de educação do **(estadual ou municipal/Unidade Federativa)**.

81

A(0) PRESIDENTE DO CONSELHO (municipal ou estadual) DE EDUCAÇÃO DE (município ou estado) – (sigla do conselho – sigla do estado), no uso das atribuições que lhe são conferidas para o cumprimento do que preconiza o **(normativos que conferem competência ao ato normativo)**, **CONSIDERANDO**:

- **O artigo 205 da Constituição Federal de 1988**, que determina que a educação deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania;
- **A Lei nº 9.394/96** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece como finalidade da educação o preparo para o exercício da cidadania;
- **A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, publicada pela Portaria nº 1.570 , de 20/12/2017 que define competências gerais na educação básica para o exercício da cidadania, pensamento crítico e responsabilidade social;
- **A Resolução CNE/CEB nº 7/2010**, que orienta a abordagem de temas contemporâneos e transversais no currículo do Ensino Fundamental;
- **O Parecer CNE/CEB nº 11/2010**, que reforça a importância da educação fiscal como tema transversal no ensino fundamental;
- **A Resolução CNE/CEB nº 2/2024**, que atualiza as diretrizes para o Ensino Médio, incluindo temas como cidadania e responsabilidade social;
- **O Acordo de Cooperação Técnica nº 21/2024** entre o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) visando ao desenvolvimento do Projeto Rede Federal Cidadão, intercâmbio técnico voltado à sustentabilidade ambiental e à Cidadania Fiscal;
- **A Resolução CNE/CEB n.º 3, de 8 de abril de 2025**, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos;
- **A Resolução CNE/CEB n.º 4, de 12 de maio de 2025**, que institui os Parâmetros Nacionais para a Oferta dos Itinerários Formativos de Aprofundamento no Ensino Médio;
- **A Portaria MEC nº 502, 7/7/2025**, que criou o Programa “Na Ponta do Lápis” para levar educação fiscal, financeira, previdenciária e securitária ao ensino básico;
- **A Portaria MEC nº 642, de 16/9/2025**, que instituiu o Programa “Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade”.

Bem como as diretrizes do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) e do Programa de Cidadania Fiscal da Receita Federal do Brasil, que promovem a cidadania fiscal como instrumento de conscientização sobre a função social dos tributos;

RESOLVE:

DO OBJETO DA ATUALIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 1º - Fica instituída a obrigatoriedade da inserção temática da Educação Fiscal nos currículos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos sistemas de ensino (municipal/estadual).

Art. 2º - A abordagem da Educação Fiscal deve se dar na educação básica, no âmbito dos temas contemporâneos, em um ou mais dos seguintes formatos, conforme Projetos Políticos Pedagógicos, sem acréscimo de carga horária:

I – Como componente curricular;

II – Como projeto integrador;

III – Como itinerário formativo;

IV – Como tema transversal (abordagem intra, inter e transdisciplinar).

Art. 3º - Para fins desse normativo, considera-se Educação Fiscal o processo de ensino-aprendizagem vinculado a macroárea da economia na Base Nacional Comum Curricular, o qual deve se desenvolver por meio de abordagens pedagógicas que conduzam os educandos à ampliação da compreensão a respeito da função socioeconômica dos tributos e, dessa forma, à compreensão quanto aos direitos e deveres relacionados à tributação e a importância da participação ativa do cidadão na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

DOS OBJETIVOS DA ATUALIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 4º - A Educação Fiscal tem como objetivos:

I – Cooperar com a realização do que estabelece o art. 205 da Constituição Federal, que diz que a educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa e o seu preparo para o exercício da cidadania;

II – Promover a compreensão da função socioeconômica dos tributos;

III – Desenvolver a consciência cidadã e estimular a participação social no controle social;

IV – Incentivar o pensamento crítico sobre a gestão pública e o uso dos recursos públicos;

V – Integrar conteúdos contemporâneos de cidadania às áreas de conhecimento previstas na BNCC.

Parágrafo único. Para potencializar o alcance desses objetivos, o sistema de ensino poderá estabelecer parcerias com entidades que tenham expertise em aspectos da educação fiscal, a exemplo das administrações tributárias e dos tribunais de contas.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS DA ATUALIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 5º - Tendo em vista a implementação dessa atualização curricular, o sistema de ensino (municipal, estadual) deve observar o seguinte:

I - A Secretaria de Educação, com a participação do Conselho (municipal, estadual), deve elaborar orientações pedagógicas executivas e complementares, ofertar materiais didáticos em educação fiscal alinhados à BNCC e, promover formação continuada em Educação Fiscal aos docentes;

II - A Secretaria de Educação, com a participação do Conselho (municipal, estadual) poderá promover projetos que unam todo sistema de ensino, incentivando e facilitando o cumprimento do disposto nessa resolução, por meio de projetos interdisciplinares a serem realizados de forma simultânea em todas as escolas do sistema de ensino, em um mesmo período de tempo, a exemplo de feiras ou gincanas temáticas, sendo possível articular

nesses projetos as participações de extensões universitárias e de órgãos públicos afins a exemplo das administrações tributárias e dos tribunais de contas.

Parágrafo único. Para a formação continuada dos docentes é facultado à Secretaria de Educação (**municipal, estadual**), realizar parcerias com instituições de ensino superior ou com entidades que tenham expertise em educação fiscal, a exemplo das administrações tributárias e dos tribunais de contas que tenha trabalhos formativos para a educação.

Art. 6º - A avaliação da aprendizagem em Educação Fiscal será integrada às práticas avaliativas das disciplinas regulares, respeitando os princípios da interdisciplinaridade.

Art. 7º - A carga horária para a oferta da Educação Fiscal deve se adequar à carga horária estabelecida, vedada sua oferta em carga horária dos temas contemporâneas que sejam trabalhados de forma eletiva e facultativa.

Art. 8º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Cidade, estado), xx de (mês) de 20xx

(nome da autoridade responsável)

(cargo)